

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXIII

FLORIANÓPOLIS, 26 DE FEVEREIRO DE 2014

NÚMERO 6.657

MESA

Romildo Titon
PRESIDENTE

Joares Ponticelli
1º VICE-PRESIDENTE

Pe. Pedro Baldissera
2º VICE-PRESIDENTE

Kennedy Nunes
1º SECRETÁRIO

Nilson Gonçalves
2º SECRETÁRIO

Manoel Mota
3º SECRETÁRIO

Jailson Lima
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Aldo Schneider

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Valmir Comin

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Moacir Sopelsa

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
Líder: Darci de Matos

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Neodi Saretta

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Dóia Guglielmi

DEMOCRATAS
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
Líder: Angela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder:

**PARTIDO SOCIALISMO E
LIBERDADE**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Marcos Vieira - Presidente
Silvio Dreveck – Vice-Presidente
Neodi Saretta
Ana Paula Lima
José Nei A. Ascari
Narcizo Parisotto
Jean Kuhlmann
Aldo Schneider
Mauro de Nadal

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori
Carlos Chiodini
Volnei Morastoni
Gelson Merisio
Aldo Schneider
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Dirceu Dresch
Maurício Eskudlark
Edison Andrino
Moacir Sopelsa
Reno Caramori
Dóia Guglielmi
Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Mauro de Nadal - Presidente
Silvio Dreveck – Vice-Presidente
Serafim Venzon
Jorge Teixeira
Dirceu Dresch
Renato Hinnig
Angela Albino

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

José Nei A. Ascari
José Milton Scheffer
Altair Guidi
Luciane Carminatti
Dirce Heiderscheidt
Antonio Aguiar
Serafim Venzon

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Neodi Saretta
Silvio Dreveck
Aldo Schneider
Edison Andrino
Dado Cherem
Maurício Eskudlark
Angela Albino

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel
Marcos Vieira
Angela Albino
Dirceu Dresch
Luciane Carminatti
Darci de Matos
Valmir Comin
Renato Hinnig
Antonio Aguiar

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Dóia Guglielmi
Narcizo Parisotto
Dirceu Dresch
José Nei A. Ascari
José Milton Scheffer
Mauro de Nadal
Carlos Chiodini

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

José Milton Scheffer
Angela Albino
Gelson Merisio
Dirceu Dresch
Carlos Chiodini
Moacir Sopelsa
Dado Cherem

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Ana Paula Lima - Presidente
Altair Guidi – Vice-Presidente
Ciro Roza
Dirce Heiderscheidt
Edison Andrino
Gilmar Knaesel
Valmir Comin

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Dóia Guglielmi
Jorge Teixeira
Darci de Matos
Valmir Comin
Luciane Carminatti
Volnei Morastoni
Moacir Sopelsa
Antonio Aguiar
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Luciane Carminatti
Angela Albino
Ciro Roza
Dirce Heiderscheidt
Antonio Aguiar
Gilmar Knaesel
José Milton Scheffer

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares
Ana Paula Lima
Maurício Eskudlark
Reno Caramori
Carlos Chiodini
Renato Hinnig

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Antonio Aguiar - Presidente
Luciane Carminatti – Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Ismael dos Santos
Sargento Amauri Soares
Carlos Chiodini
Dado Cherem

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Angela Albino
Darci de Matos
Reno Caramori
Volnei Morastoni
Edison Andrino
Dirce Heiderscheidt
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE SAÚDE

Volnei Morastoni
Antonio Aguiar
José Milton Scheffer
Sargento Amauri Soares
Jorge Teixeira
Mauro de Nadal
Serafim Venzon

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Jean Kuhlmann
Aldo Schneider
Silvio Dreveck
Altair Guidi
Mauro de Nadal
Gilmar Knaesel
Volnei Morastoni

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Serafim Venzon
Ismael dos Santos
Ana Paula Lima
Dirce Heiderscheidt
Carlos Chiodini
Altair Guidi
Valmir Comin

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos
Narcizo Parisotto
Antonio Aguiar
Dado Cherem
Reno Caramori
Ana Paula Lima
Dirce Heiderscheidt

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela revisão dos documentos digitados, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador em exercício: Carlos Augusto de Carvalho Bezerra</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Rita de Cassia Costa</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Francisco Carlos Fernandes Pacheco</p>	<p style="text-align: center;">DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p style="text-align: center;">EXPEDIENTE</p> <hr/> <div style="text-align: center;">  </div> <p style="text-align: center;">Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p style="text-align: center;">IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXIII NESTA EDIÇÃO: 20 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p>	<p style="text-align: center;">ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 112ª Sessão Ordinária realizada em 03/12/2013.....2</p> <p>Atos da Mesa Ata da Presidência DL 15</p> <p>Publicações Diversas Ata de Comissão Permanente..... 17 Decreto Legislativo..... 17 Extratos 17 Ofício 17 Projetos de Lei 17 Redações Finais 19 Resolução 20</p>
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

P L E N Á R I O

ATA DA 112ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 03 DE DEZEMBRO DE 2013

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dóia Guglielmi - Edison Andriano - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvío Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, sr. deputado Jorge Teixeira, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JORGE TEIXEIRA - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, na quinta-feira a Frente Parlamentar dos Hospitais recebeu, na Assembleia Legislativa, toda a diretoria da Associação dos Hospitais do Estado de Santa Catarina e da Federação das Santas Casas. Essa diretoria, tanto da Federação das Santas Casas quanto das Associações dos Hospitais, representa todos os hospitais filantrópicos do estado de Santa Catarina. E o pleito que eles nos fizerem, como Frente Parlamentar, é para nós, deputados e deputadas, aprovarmos o Projeto de Lei n. 529, de autoria do eminente deputado estadual Jailson Lima. O referido projeto de lei será a redenção de todos os hospitais filantrópicos catarinenses.

Os recursos provenientes dessa lei, se for aprovada, vão contemplar não apenas os hospitais filantrópicos, pois houve um entendimento dessas diretorias de que 1/3 desses recursos poderá ser canalizado para hospitais públicos do estado de Santa Catarina, os quais poderão utilizar esses recursos como investimentos, e os 2/3 para investimento de custeio ou investimentos, deputado Volnei Morastoni.

Além, desses recursos que serão canalizados aos hospitais públicos e

filantrópicos, o Poder Executivo terá ainda, na vontade do seu gestor, que criar câmaras técnicas. Essa câmara técnica é de suma importância, pois ela nada mais é do que uma reunião de representatividade de pessoa com notório saber para discutirem os pleitos reivindicatórios das pessoas que acreditam que não foram bem atendidas nas suas reivindicações de saúde. Essa câmara técnica evitará, e muito, a judicialização dos processos de saúde em todo o estado de Santa Catarina.

Como representante da Frente Parlamentar dos Hospitais e fazendo parte também da comissão de Saúde, solicito aos srs. deputados que nós possamos estudar esse projeto de lei neste ano, pois é um projeto de lei inteligente, sábio, que leva a todos os municípios do estado de Santa Catarina o que nós desejamos, que é que a população seja atendida.

Seria isto o que eu tinha a dizer, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o deputado Antônio Aguiar, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente em exercício, deputado Romildo

Titon, sras. deputadas e srs. deputados, temos que considerar o planalto norte, um pouco distante da capital, Florianópolis, com quase 400km de rodovias. Temos que nos reportar sobre a secretaria de Infraestrutura, na pessoa do secretário Valdir Cobalchini, para que ele cumpra o que foi determinado no dia 30 de janeiro de 2013, numa grande reunião em Itaiópolis, mais precisamente em Moema. Por que me refiro a esta data? Porque foi uma data memorável para nós, quando dissemos à população que estávamos fazendo a entrega da ordem de serviço para a licitação dessa importante obra - e obra essa que está parada até hoje. Até hoje não foi feito nada, não apareceu nenhuma máquina, nenhum instrumento sequer de medição ou alguma coisa que dissesse que estão iniciando a obra.

Ora, sr. secretário Valdir Cobalchini, a responsabilidade é sua! Estamos cobrando a BR-477. Por que cobrar a BR-477 de Moema a Doutor Pedrinho? Estamos cobrando porque essa é uma promessa antiga, do tempo do ex-governador Wilson Kleinübing. Vejam quantos mandatos se passaram comunidade, catarinense do planalto norte! Passaram-se vários mandatos! E começaram a falar dessa importante obra que liga o planalto norte ao médio vale do Itajaí. E foram-nos enganando, como se diz popularmente, foram-nos levando de barriga e até hoje nada aconteceu, deputado Silvio Dreveck.

Pedimos que o secretário dê uma posição oficial sobre o que está acontecendo com a BR-477. Por que isto? Porque temos certeza de que o dinheiro existe, pois ele já foi financiado. E por que não começam a obra?

Quero dizer aos catarinenses que me sinto constrangido ao fazer este pronunciamento porque sou da base aliada do governo. Mas, como homem público, eu tenho que cobrar deste governo as realizações das obras prometidas. E mais: o sr. Paulo Meller, presidente do Deinfra, nem sequer retorna as ligações telefônicas para este deputado. Isso significa total desinteresse com o planalto norte. Nós queremos que o secretário de Infraestrutura de Santa Catarina e o Deinfra tenham interesse por essa região, e que se cumpram as promessas feitas.

Temos também que falar de São Bento do Sul, deputado Silvio Dreveck, e da SC-418, que liga São Bento do Sul a Fragosos. E não é somente o deputado Antônio Aguiar que reclama, o deputado Silvio Dreveck também faz reivindicações. Foram acordos e promessas feitas que não estão sendo cumpridas.

Em Canoinhas, tivemos o não pagamento da ciclovia Marcílio Dias. A prefeitura realizou a obra em março, já estamos em dezembro e a obra ainda não foi paga. Deixo a palavra para o sr. secretário da Infraestrutura, Valdir Cobalchini. E outras obras também estão paradas. Portanto, vamos considerar o alerta deste deputado ao presidente do Deinfra e ao secretário de Infraestrutura de nosso estado para que sejam tomadas providências efetivas e que este ano sejam cumpridas as promessas e os acordos que foram feitos.

Mas também quero falar aos catarinenses de coisas boas que estão acontecendo no planalto norte. Amanhã, em Canoinhas, o sr. governador do estado, Raimundo Colombo, vai receber o título de Cidadão Honorário de Canoinhas. Por unanimidade, os vereadores de Canoinhas, juntamente com o presidente da

Câmara de Vereadores, sr. Renato Pick, vão conceder ao nosso ilustre governador a honraria, assim como já teve o nosso vice-governador, Eduardo Pinho Moreira. Ele será canoinhenses de coração, será adotado por Canoinhas. Esta honraria que será concedida amanhã mostra o grande apreço que o povo de Canoinhas tem pelo governador do nosso estado.

Quero dizer também ao povo catarinense que amanhã será inaugurado, em Canoinhas, o Estádio do Ditão. Este estádio é o primeiro do planalto norte que foi reformado pelo governador Raimundo Colombo, sendo que houve um investimento de R\$ 700 mil e foi construída uma das melhores canchas de bocha do estado de Santa Catarina.

Temos certeza de que amanhã, em Canoinhas, a cidade de Mafra receberá a importante obra para que cirurgias vasculares possam ser realizadas no Hospital São Vicente de Paula. São investimentos na saúde que vão fazer com que pacientes não precisem mais ir para Joinville, Jaraguá do Sul ou o interior. Eles serão atendidos na cidade de Mafra.

Temos certeza de que essa visão na área da saúde também se estende ao município de Canoinhas, onde temos o segundo melhor microscópio do Brasil para fazer cirurgias neurológicas, de tumores cerebrais, sequelas de AVCs. Enfim, todas as patologias neurológicas estão sendo resolvidas no planalto norte e os pacientes não precisam ser transportados para outras regiões.

Quero dizer à comunidade catarinense que amanhã o planalto norte estará diferente, pois será um grande dia de governo para a nossa região. Um grande abraço a todos e até amanhã, sr. governador!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Neodi Saretta, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas e prezados catarinenses que acompanham esta sessão, desejo abordar dois temas neste horário. O primeiro deles é sobre um grande evento que fizemos hoje, e não pelo evento em si, mas pelo que ele significa, representa, que foi o lançamento do estudo de um trabalho muito bem elaborado sobre o perfil dos agravos à saúde dos trabalhadores em Santa Catarina.

Este tema que abordamos em primeiro lugar julgo importante, pois fizemos essa ação, deputado Jorge Teixeira - e v. exa. há pouco fez referência sobre esse trabalho -, através da Frente Parlamentar da Saúde do Trabalhador. E tivemos aqui a apresentação desse trabalho que foi conduzido por pesquisadores da Universidade Federal de Santa Catarina e da Universidade do Vale do Itajaí, a Univale, com apoio e financiamento do Ministério Público do Trabalho de Santa Catarina, da Fecesc, da Fetesc, do Sindicato de Trabalhadores da Alimentação de Criciúma e região e de outras entidades, que contribuíram para que se fizesse essa pesquisa que traça o perfil do adoecimento em 15 principais atividades econômicas em Santa Catarina.

O trabalho apresentado foi bastante completo. E esse diagnóstico, esse levantamento, apresenta alguns dados extremamente preocupantes. Santa Catarina

possui 48% de adoecimento acima da média nacional, dados fornecidos através do estudo divulgado hoje pela manhã. Essa pesquisa também abrangeu um período relativamente longo de 2005 a 2008. Essas 15 atividades pesquisadas, deputado Sandro Silva, consideraram o auxílio doença comum e o auxílio doença acidentário entre 2005 e 2011. E nesse período verificou-se que 38% de todas as ocorrências são oriundas de dez patologias que estão enumeradas no trabalho apresentado.

Então, mais uma vez, quero destacar a importância desse tema, porque esses dados apresentados são preocupantes e revelam o que precisa ser destacado, como as estatísticas que acabei de citar, superiores à média nacional em muitas patologias estudadas. O ritmo cada vez mais intenso da produção e as condições de trabalho contribuem para a existência dessas doenças relacionadas ao trabalho, tanto no aspecto físico quanto às relacionadas aos transtornos de humor, como, por exemplo, a ansiedade e a depressão.

Esse dado chama-me atenção para o fato também de que Santa Catarina é o sexto estado no Brasil em números absolutos, mas se pegarmos o percentual relativo ao número da população, veremos que será o primeiro no índice de acidentes de trabalho, sendo que são 50 pessoas todos os dias excluídas por acidente de trabalho ou por mortes.

Então, isso nos faz refletir para o fato de que devemos fazer um grande esforço no sentido de fazer um mutirão para o combate a esses agravos do trabalho com ações de prevenção e para aquilo que precisa ser feito, a fim de melhorar a saúde do trabalhador em Santa Catarina.

Com certeza, nós voltaremos a este tema e faremos eventos também para debater esses dados buscando, principalmente, medidas e ações que possam diminuir esses números de agravo à saúde do trabalhador em nosso estado.

O segundo tema que queremos abordar neste espaço é sobre mais um ato que vai acontecer em nosso estado nesta sexta-feira, promovido pelo governo federal, através do ministério do Desenvolvimento Agrário, com relação à entrega de máquinas para os municípios com menos de 50 mil habitantes.

Na sexta-feira, às 18h, na cidade de São Domingos, no oeste de Santa Catarina, serão entregues 41 motoniveladoras e 51 caminhões para municípios da Amae, Amarp, Amoroeste, Amoc, Amplasc, Amosc, Amauc e Amurc. Mas quero lembrar que todos os municípios de Santa Catarina e do Brasil com menos de 50 mil habitantes estão recebendo um conjunto de máquinas, ou seja, uma retroescavadeira, um caminhão e uma motoniveladora. Todas as retroescavadeiras já foram entregues e as motoniveladoras e os caminhões estão sendo entregues.

Então, nesta sexta-feira, 41 municípios, como eu disse, receberão motoniveladoras e outros 50 municípios receberão caminhões nesse ato que vai acontecer na cidade de São Domingos.

É um ato importante porque é uma parceria do governo federal com os municípios, e esses equipamentos serão destinados principalmente para as áreas mais agrícolas, para as estradas rurais, para os programas agrícolas que serão muito importantes. É uma

ação que está sendo desenvolvida em todo o Brasil e Santa Catarina também está sendo beneficiada.

Então, eu queria fazer esse registro e divulgar os municípios que irão receber esses equipamentos. Quero dizer que está disponível a listagem dessas regiões que eu falei. E se alguns deputado quiser depois conferir os municípios que serão beneficiados, ela está à disposição. E estaremos acompanhando também esse ato na sexta-feira.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Volnei Morastoni, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada Ana Paula Lima e público que nos acompanha aqui presente na Assembleia Legislativa ou pela TVAL, queremos dizer que estamos no final de 2013 e a Saúde, mais uma vez, termina o ano sem dinheiro.

Vai fazer duas semanas que eu estive com a secretária estadual da Saúde tratando de várias instituições como os hospitais de Ituporanga, Presidente Getúlio, Angelina, São João Batista, Brusque, Dom Joaquim, e do Hospital Evangélico de Gaspar. Enfim, estive em vários hospitais do nosso estado. Mas a palavra da secretária, ao ouvir os pleitos, era sempre uma música de uma nota só: que este ano não há mais nada, não há mais recurso, que vai ter que ficar tudo para o ano que vem, para depois de fevereiro, de março em diante.

Então, infelizmente, essa é uma realidade que poderia ser diferente.

Eu tenho aqui em mãos os demonstrativos sobre a receita líquida de impostos que o estado recolheu durante este ano. Ele recolheu até 25 de novembro em torno de R\$ 11 bilhões, e desses R\$ 11 bilhões foram repassados R\$ 1.280.000.000,00 para a Saúde, os 12%.

Ao analisar o gráfico de como foi feita a distribuição desses recursos de janeiro até novembro por parte do estado, podemos perceber que há uma distribuição relativamente linear. Até que o estado está cumprindo de uma forma agora mais regular, mensalmente, os repasses para a Saúde.

Então, a Saúde está cumprindo, embora ainda esteja abaixo dos 12%. Cumpriu até o momento o acumulado de 11,64%, quando deveriam ser 12%. Mas ainda faltam R\$ 30 milhões para poder completar a obrigação constitucional.

De qualquer forma, já ficou claro, evidente, e, inclusive, no diálogo com a própria secretária estadual da Saúde, que precisamos aumentar também esse percentual do estado de 12% para 13% ou 14%, porque 12% não atendem mais a essa necessidade da saúde.

E o estado nunca recebeu tanto dinheiro do governo federal! Foram muito mais do que R\$ 300 milhões, muito além do que estava previsto. Mas o dinheiro não é suficiente. Esse dinheiro realmente não dá!

Por isso que eu quero aproveitar essa oportunidade para ratificar aqui três questões importantes relacionadas com o orçamento da Saúde.

Em primeiro lugar, quero dizer que um projeto de lei de minha própria autoria, que tramitou nesta Casa durante todo o ano

passado e também este ano - e esse projeto está tramitando, na verdade, desde dezembro de 2011 -, propõe legalizar definitivamente que antes do repasse da receita líquida do estado, portanto das receitas brutas correntes, o repasse que é feito para o Fundo Social, o Seitec... E eu também incluí aqui a questão do Fadesc porque, na verdade, esses fundos são constituídos de recursos da receita líquida do estado que deveriam antes passar pelo desconto de 12% para o Fundo da Saúde, e isso não acontece. Isso já está identificado pelo Tribunal de Contas do estado. Se verificarmos de 2005 e 2006 para cá veremos que, com certeza, a Saúde tem um crédito superior a R\$ 500 milhões. Precisamos atualizar esses dados, mas o crédito com a Saúde ultrapassa a R\$ 500 milhões, deputado presidente Romildo Titon. Portanto, são recursos de uma grandeza considerável que foram sequestrados, desviados, da Saúde.

Quero aqui esclarecer também que, além do Fundo Social e do Seitec, que nós sabemos mais amiúde sobre esses dois fundos, também incluí o Fadesc, porque entre os recursos que compõem o Fadesc estão os que provêm do Prodec. Quando o Prodec foi instituído... E foram vários benefícios para as empresas se instalarem em nosso estado. E na medida em que elas vão pagando o estado conforme a lei prevê, esses recursos entram diretamente no Fadesc, sem receber também a tributação dos 12% para o Fundo da Saúde.

E nós estamos levantando dados atualizados também para saber, hoje, qual é o montante de recursos que já adentraram do Prodec e que deixaram de demandar os 12% para a Saúde.

Então, quero dizer que, na verdade, com todos os problemas que a Saúde sofre, com os recursos que os hospitais e a atenção básica precisam, a saúde tem um crédito considerável que terá que ser pago. Esse crédito terá que ser depositado em favor da Saúde. Sem deixar de lembrar que quando aprovamos aqui o Revigorar III, já em 2011, os recursos seriam todos destinados à Saúde, com exceção dos 25% para os municípios.

No entanto, em torno de R\$ 150 milhões do Revigorar III não foram destinados para o Fundo Social da Saúde, mas foram destinados para outras finalidades não compatíveis com o Fundo Estadual da Saúde. Não é pouco, são R\$ 150 milhões.

Portanto, estou aqui falando de valores substanciais, que, infelizmente, foram desviados da Saúde para outras atividades.

Por isso, aproveite a oportunidade também para ratificar o projeto de autoria o meu companheiro deputado Jailson Lima, quando propõe que os Poderes possam retomar aos patamares dos percentuais anteriores aos propostos em 2012 para que parte, então, desses recursos sejam destinados para constituir também um fundo à Saúde. E poderíamos constituir em torno de R\$ 300 milhões anualmente para destinar aos hospitais do nosso estado, à Saúde do nosso estado.

Na verdade, temos vários caminhos. O que precisa é haver vontade e decisão política de dizer que a Saúde realmente não deve ficar somente nos discursos e que na prática ela é uma prioridade de governo. E dessa forma destinarmos os recursos necessários e minimamente suficientes para poder atender a todas as demandas que temos.

É por essa razão e por tantas outras que entendo que os discursos prevalecem e que na prática há um saldo negativo à Saúde, porque não há uma coerência entre os discursos e a prática.

Então, nós temos condições de dar essas prioridades à Saúde, mas naturalmente precisa haver o desprendimento deste Poder de usar mais fortemente a sua autonomia e a sua independência a favor do povo de Santa Catarina. E para poder dar encaminhamento e aprovar essas propostas que já estão colocadas aqui para o debate e para a apreciação.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda em Breves Comunicações, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sandro Silva.

Deputado Sandro Silva, como v.exa. fará uso da palavra, em seguida, no horário dos Partidos Político, passaremos agora ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PPS.

Com a palavra o deputado Sandro Silva, por até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Sr. presidente, deputado Romildo Titon, srs. deputados e sra. deputada, venho à tribuna, hoje, para dizer que começa a adentrar dezembro, deputada Ana Paula Lima, e as músicas natalinas começam a tocar nas nossas casas, no comércio, e os nossos corações passam a ficar um pouco mais sensíveis. E começam também as inúmeras campanhas de alimentos por toda a cidade, nas nossas comunidades, visando dar aos mais necessitados um Natal menos sofrido para essas pessoas.

Mas, a verdade é que se cada família brasileira desperdiçasse menos, a realidade dessas pessoas que hoje passam fome não somente em Santa Catarina, mas no Brasil e no mundo inteiro, seria diferente. Somente o Brasil produz 25% a mais do que necessita toda a sua população anualmente. Aí vem a pergunta: se é produzido tanto, como que há tanta gente passando fome? A verdade é que grande parte dessa comida produzida é desperdiçada.

No Brasil, 26,3 milhões de toneladas de alimentos vão para o lixo todos os anos, e isso significa que 39 mil toneladas de comida vão para o lixo todos os dias. E isso daria para alimentar 19 milhões de pessoas com três refeições diárias.

O Brasil perde, acreditem, o absurdo de 64% de tudo que produz durante a cadeia produtiva. Ele perde 20% na colheita, 8% no transporte e no armazenamento, 15% no processamento, 1% no varejo e 20% no processamento culinário e nos hábitos alimentares nos restaurantes e em nossas casas.

Esse desperdício não é apenas desperdício de comida; é desperdício também de água e de vários produtos químicos, como fertilizantes e inseticidas, pesticidas e todo combustível que é colocado a mais para o transporte desse alimento que é desperdiçado.

Além disso, esses alimentos que são estragados todos os dias também geram uma maior emissão do metano, que é um gás que também contribui para o efeito estufa e que acaba sendo mais potente e mais prejudicial que o próprio gás carbônico, o nosso CO2.

Os consumidores dos países ricos desperdiçam a mesma quantidade de alimentos que a África subsaariana produz. A África subsaariana é aquela que fica abaixo do Deserto do Saara. O que isso quer dizer? Quer dizer que 222 milhões de toneladas de alimentos são desperdiçadas pelos consumidores de países ricos. E a África subsaariana é a parte do mundo que mais sofre com falta de comida.

O fato é que nós, em nossas casas, jogamos fora 20% de tudo o que compramos. De cada quilo de arroz que compramos para as nossas casas, 200g vão fora toda a semana. Isso serve também para o leite, feijão e demais alimentos que compramos. Se ao invés de desperdiçar ao fazer as compras ou o rancho, conforme falamos, e direcionarmos 10% daquilo que compramos para doação, a realidade no estado e no mundo seria totalmente diferente.

Então, em vez de lembrarmos dos necessitados em época natalina, o que é louvável e é preciso, poderíamos ser mais vigilantes também no desperdício que proporcionamos todos os dias em nossas casas e também promover a solidariedade, de fato, de forma concreta na erradicação da fome durante todo ano.

Outro assunto que me traz à tribuna, sr. presidente, é o fato de que na semana passada a cidade de Joinville foi marcada por inúmeros atos tanto do governo municipal quanto do governo estadual, proporcionando, de certa forma, o resgate da sua identidade cultural.

Tínhamos em Joinville a Biblioteca Pública fechada, mas alocada por mais de dois anos a outros tantos órgãos do Executivo municipal. Também a Casa da Cultura estava fechada por dois anos em função de infiltrações, de o prédio estar em condições precárias, os fornos onde funcionava a oficina de argila de esculturas estavam todos queimados. Realmente, a situação era precária. Mas, na semana passada, a Biblioteca Pública e a Casa da Cultura foram reabertas, proporcionando aos estudantes um espaço para a utilização de pesquisa e também para a comunidade na alocação de livros e de lazer.

Tivemos uma participação efetiva na luta pela reforma da Casa da Cultura em 2010, quando buscamos a interdição para obrigar a reforma daquele espaço, e na semana passada, na sexta-feira, participamos da reabertura, com a apresentação da orquestra da Casa da Cultura e do balé.

Realmente os professores, os diretores e os coordenadores da Casa da Cultura estavam muito felizes, porque esse importante espaço da nossa cidade foi resgatado. E o prefeito de Joinville busca resgatar tantos outros espaços, como o Museu de Arte, como o mirante, que recebeu ordem de serviço, e tantos outros espaços que estavam fechados e voltaram a ser reabertos para que o público joinvilense possa aproveitá-los.

Na quinta-feira passada o governo do estado de Santa Catarina também entregou 180 viaturas para as Polícias Civil e Militar e também para o IGP, deputado Sargento Amauri Soares, das quais 80 ficarão em Joinville.

Então, isso significa dizer que 75% da frota de Joinville será trocada por viaturas novas. As viaturas com mais de três anos sairão de circulação, o que irá proporcionar melhores condições para a atuação das Polícias Militar e Civil e também para o Instituto Geral de Perícia de Joinville.

Aguardamos também a ida de 200 câmeras de vigilância para a cidade de Joinville para ajudar na vigilância da cidade. E o governo do estado também assinou com os prefeitos da SDR de Joinville vários convênios com os municípios.

Então, foram entregues alguns milhões de reais para os prefeitos da região de Joinville. Foram obras que dizem respeito à compra de equipamentos, à reforma de escolas, aos hospitais e a tantas outras obras que fica impossível numerá-las.

Visitamos, juntamente com o governador, as obras do binário que está em fase de conclusão. O secretário Valdir Cobalchini disse que pretende inaugurá-lo no próximo dia 19, fazendo com que esse importante eixo viário na região de Vila Nova possa ajudar a desafogar o trânsito naquela região, uma obra demasiadamente importante para a cidade de Joinville.

Temos também, na questão da mobilidade urbana, a pavimentação asfáltica das ruas Tuiuti e Albano Schimidt, dois eixos viários importantes para as regiões leste e norte de Joinville, já em fase de conclusão, prestes a serem entregues pelo governo estadual em convênio com o municipal. A avenida Santos Dumont está em fase inicial da sua duplicação e a estrada Rio do Morro também está com os maquinários todos os dias trabalhando, o que nos alegra muito.

Na sexta-feira, o governo do município de Joinville, juntamente com a Auto Pista Litoral Sul, entregam para Joinville um heliporto que vai ficar no complexo Ulysses Guimarães, na cidade de Joinville. Essa obra é importante para a questão do resgate mais rápido dos acidentados na região.

Portanto, fica aqui registrado o grande trabalho feito pelo governo do estado e pelo governo de Joinville e em toda a região.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSOL.

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. Deputadas, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, eu sei que cinco minutos é tempo insuficiente para fazer uma reflexão sobre um debate que fizemos pela manhã na comissão Constituição e Justiça.

Poderia chamar esse tema de a politização eleitoral da distribuição de recursos públicos, porque cada vez mais estão-nos atirando a pretensão de ajudar o Poder Executivo a definir onde deve aplicar os recursos. Nós temos vários exemplos aqui no estado. O Fundo Social retira dinheiro da conta única do governo do estado e, portanto, deixa de ser aplicado conforme as designações constitucionais e legais e passa a ser distribuído conforme a vontade absoluta e soberana do chefe do Poder Executivo. É claro que ouvindo os seus amigos ou as suas intenções político-partidárias e eleitorais.

Tivemos já neste ano aqueles R\$ 3 milhões que cada deputado teve o direito de ajudar a indicar, dinheiro do BNDES, governo federal, via BRDE aqui em Santa Catarina.

Gostaria de dizer desta tribuna que, no tempo que eu estiver aqui como deputado

estadual, ocorrer uma iniciativa parecida a do governador, deste ou de um futuro, se for o caso, este deputado vai agradecer e cometer a aparente insensatez de dizer: muito obrigado, o senhor administre e distribua esse recurso conforme as designações constitucionais e legais, conforme o Índice de Desenvolvimento Humano de cada cidade e região. Porque não é possível que a tarefa mais importante do deputado passe a ser a busca e a barganha por recursos públicos, pela realização e execução de políticas públicas, porque essas são tarefas do Poder Executivo.

E o próprio nome já diz: a função primordial e a justificativa para a existência do Poder Legislativo é que possa debater com independência os projetos de lei que chegam por iniciativa dos outros Poderes, principalmente do Executivo e dos parlamentares. E outra atribuição fundamental para que exista uma sociedade democrática é que o Legislativo exerça a função de fiscalização do Executivo e dos outros Poderes.

A partir do momento em que o Poder Legislativo pede ao governo do estado que o deixe ajudar na distribuição dos recursos, ou seja, a executar política pública, ele está automaticamente abdicando das suas duas principais funções, que são legislar e fiscalizar com independência.

Agora, quanto ao PL n. 0529/2013, de autoria do deputado Jailson Lima, sou favorável. Parabeneizei, e parabeneizo, o deputado Jailson Lima pela iniciativa do projeto, porque tenho falado nesta tribuna, há vários anos, que os Poderes têm dinheiro para além daquilo que essencialmente seria necessário, a exceção do Poder Executivo, que tem justamente a função de executar as políticas públicas essenciais em saúde, educação, segurança, assistência social e assistência técnica à agricultura e à pecuária. Essas são atribuições do Poder Executivo, que precisa de recursos para isso. E na linha de frente, onde a sociedade precisa, é que o dinheiro mais está faltando.

Sou favorável ao projeto do deputado Jailson Lima até o momento em que ele diz que os percentuais do duodécimo voltarão a ser o que eram no ano passado, em 2012. A partir do momento em que a Assembleia passa a querer definir o que deve ser feito com esse dinheiro, eu avalio que está atropelando a Constituição e, inclusive, a atribuição primordial do Poder Legislativo.

Mais do que isso, quando a Assembleia, ou parte dela, quer dizer que 1/3 desse recurso deve ser distribuído por emenda parlamentar no Orçamento, eu acho que é o fim do Poder Legislativo, pois assim caminha para cada vez mais se descaracterizar e dar razão à crítica da sociedade, quando diz que este Poder, ou o Poder Legislativo em geral, não exerce a sua função e não consegue representar a sociedade. Não consegue porque está abdicando em favor de poder ajudar a distribuir os recursos que o estado está destinando à linha de frente, nos serviços essenciais.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Partido Progressista.

Com a palavra o deputado Valmir Comin, por oito minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, depois de 60 dias ausente das comissões temáticas e das discussões neste Parlamento por consequência de uma licença que tirei, estou de volta. E licença essa sem vencimento para que pudéssemos proporcionar, é preciso que se fale e ressalte-se em alto e bom som, um rodízio estabelecido pelo Partido Progressista, que tem, hoje, o deputado João Pizzolatti na condição de presidente, interinamente, mas é o nosso presidente. E procedemos de tal forma a conseguir, durante esses últimos anos, mesmo nos momentos de Oposição, promover um rodízio nesta Casa, chegando até o oitavo suplente.

Eu tive o privilégio de ceder o espaço ao deputado Altair Silva, que ocupou esta tribuna, e assim fizeram os meus pares deputados. E, provavelmente, no início do próximo ano o deputado Reno Caramori deverá também se licenciar para que o ex-deputado e suplente Voltolini, do norte do estado, que é integrante deste partido, possa também exercer por dois meses a condição de deputado estadual.

Eu parto do princípio que possamos caracterizar o sentimento e o espírito de grupo. E para tal precisamos dar exemplos.

É nessa linha que o Partido Progressista vem-se consolidando e conseguindo a casa dos 47 prefeitos no último pleito, 52 vice-prefeitos e 492 vereadores, colocando-se na segunda posição do *ranking* do estado, e sendo que conseguimos chegar à Presidência da Assembleia junto com o nosso companheiro, deputado Joares Ponticelli. Graças ao seu desprendimento, ao seu compromisso, à sua capacidade de relacionamento e, acima de tudo, de compromisso para com os pares deputados e, consequentemente, com o estado de Santa Catarina, isso nos remeteu à condição também de, mesmo que por um tempo interino de nove dias, exercer o cargo de governador do estado. É um partido que, depois, praticamente, de 12 anos fora do cenário do Executivo, teve esse privilégio através do seu presidente, deputado Joares Ponticelli. E isso graças, evidentemente, a um gesto nobre praticado pelo sr. governador Raimundo Colombo e também, em igual teor e intensidade, pelo seu vice, Eduardo Pinho Moreira.

Penso que nós estamos cultivando passos largos, concretos e bem sedimentados rumo a um projeto de governo para o embate de 2014.

O partido tomou uma decisão, e que é conhecida de todo o povo catarinense, de, em determinado momento, apoiar o governo Raimundo Colombo sem condicionar absolutamente nenhum tipo de cargo. E com isso demonstrou o grau de compromisso e maturidade que tem ao exercer com imparcialidade, mas, acima de tudo, com um compromisso sério para o estado nos grandes temas. E muitos deles foram debatidos, passados e aprovados por esta Casa.

Por isso, estamos vivendo um momento singular na história de Santa Catarina e o Partido Progressista vivencia este momento e participa, interage, debate, apresenta sugestões e leis, adaptações e adequações, aprimorando cada vez o conhecimento e, consequentemente, fazendo com que as demandas essenciais da sociedade possam ser traduzidas num sentimento através da legislação. E que possamos adequar a legislação à realidade e

às demandas reprimidas que nós temos na sociedade catarinense.

Por isso, é um motivo de muito orgulho e satisfação a condição de líder do meu partido, e agradeço ao deputado Sílvio Dreveck que me representou durante 60 dias em que estive ausente do plenário, mas muito atuante na minha região e até em todo o estado. E até acompanhando muito de perto todos os temas e as matérias debatidas nas comissões temáticas desta Casa e também nos gabinetes e aqui no plenário.

Gostáramos de dizer que na última quinta-feira passada tivemos a oportunidade, juntamente com o meu vice da comissão parlamentar externa que acompanha todos os procedimentos da obra da Barragem do Rio do Salto, em Areia Branca, no município de Timbé do Sul, de estar em Turvo numa audiência pública sugerida pelo deputado José Milton Scheffer, com a presença do presidente da Casan, do representante da secretaria de estado da Agricultura e da Pesca, da promotoria do Ministério Público Federal, e de lideranças políticas e empresariais discutindo com muita veemência todos os itens complementares que ainda entravam todos os procedimentos para liberar os investimentos daquela tão esperada e sonhada obra.

Foi uma audiência junto aos técnicos da Casan, com a presidência e também com o secretário da Casa Civil, sr. Nelson Serpa. A obra está estimada em, aproximadamente, R\$ 100 milhões para a sua execução e, posteriormente, mais R\$ 40 milhões para a macrodistribuição para evitar perder pela quarta vez consecutiva recursos consignados no PAC, sob a égide da licença ambiental que a Fatma autorizou. E ela mesma, por recomendação do Ministério Público Federal, cedeu à sugestão do referido ministério e tornou inócua aquela licença, impedindo com isso a garantia dos recursos por parte do governo federal.

Por essa razão, estamos buscando os encaminhamentos para incluir essa obra no RDC - Regime Diferenciado de Contratação -, que permite, concomitante a todos os amparos com relação ao EIA e o RIMA, os procedimentos ambientais e os itens complementares sugeridos por consequência dos órgãos competentes. E, em paralelo, que a empresa vencedora possa executar a obra e também fazer todos os procedimentos perante a legislação ambiental.

Por isso, vejo isso com muita expectativa - e já foi assinalada pelo sr. governador do estado, e com o consentimento do sr. secretário Nelson Serpa e a aquiescência, evidentemente, dos técnicos e responsáveis pela Casan - e esperamos poder assegurar esse recurso até o final do ano para que em meados de fevereiro ou março de 2014 possamos abrir o processo licitatório. E que até o final do primeiro semestre do próximo ano possamos, definitivamente, conseguir "estartar" o processo para a execução dessa obra que irá resgatar a segurança jurídica aos nossos rizicultores, aos rizipsicultores, ao turismo, melhorando o abastecimento de água à população, que é prioridade. E, além disso, haverá a regularização dos níveis de água em época de enchente e estiagem.

Portanto, vejo que é uma obra de um alcance e de caráter macro que transcende as questões político-partidárias e exige a participação com bastante esforço dos poderes públicos municipal, estadual e federal para que

possamos, efetivamente, "estartar" os procedimentos para execução dessa obra.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Maurício Eskudlark, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, na verdade, o deputado Ismael dos Santos iria utilizar todo esse tempo, mas irá utilizar apenas uma parcela para fazer os seus registros.

Sr. presidente, presto uma homenagem especial aos auditores internos.

(Passa a ler.)

"No dia 20 de novembro foi comemorado o Dia do Auditor Interno, data em que se rememora a fundação do Instituto dos Auditores Internos do Brasil - Audibra -, atual IIA-Brasil, que foi fundada em 1960.

Em Santa Catarina, os 63 auditores internos do Poder Executivo, todos aprovados em concurso público, com formação superior nas áreas de Administração, Contabilidade, Direito e Economia, pertencem à carreira de servidor público do quadro de pessoal da secretaria do estado da Fazenda. E com seu trabalho e empenho diário buscam a integridade do patrimônio público e a efetividade na qualidade do gasto, contribuindo para tornar Santa Catarina um modelo de excelência na qualidade do controle de recursos.

A Diretoria de Auditoria Geral onde os auditores exercem as suas atribuições cuida do planejamento e da aplicação das ações do controle interno, auditoria, prevenção e orientação dos órgãos e entidades da Administração Pública. Atua, ainda, no controle interno de despesas relativas à pessoal, transferências voluntárias, licitações, contratos e despesas de custeio.

O auditor interno tem papel fundamental no auxílio aos órgãos e entidades públicas estaduais, no cumprimento de suas responsabilidades e no fortalecimento de seus controles internos, atuando, primordialmente, no desenvolvimento de atividades de apoio à gestão, buscando melhoria de processos e procedimentos e desenvolvendo ações preventivas, evitando, assim, a ocorrência de eventuais erros ou irregularidades.

No desempenho de suas atribuições esses profissionais contribuem para a boa gestão dos recursos públicos, sendo hoje imprescindíveis para o desenvolvimento de mais ações e de mais programas governamentais, especialmente para as áreas de saúde, educação, segurança e lazer."

Faço essa saudação a todos os auditores internos pela passagem do seu dia, na pessoa também do Décio Vargas, auditor interno do governo do estado que também trabalha na secretaria da Fazenda. Ele é um profissional qualificado, atencioso, muito responsável e humano, sempre na busca de soluções das necessidades governamentais de novos investimentos e da aplicação de recursos.

Os auditores servem para controlar, mas, principalmente, para mostrar o melhor caminho para a aplicação daqueles recursos.

Então, queremos deixar aqui o nosso registro a todos os auditores internos.

Estivemos participando do debate da questão salarial dos policiais civis, e foi um exemplo de conversa franca, de debater e analisar o que é possível o governo investir, o que implica qualquer tipo de aumento. Enfim, tudo aquilo que poderá ser feito.

Então, parabéns a todos os auditores internos pela forma sensata e responsável que ajudam a administração pública.

O segundo ponto a ser abordado, sr. presidente e srs. deputados, é com referência à Barra do Rio Araranguá.

Eu recebi a visita no meu gabinete do amigo Cristiano, um policial militar ambiental que trabalha na segurança e é uma grande liderança do município de Araranguá. Lá existe um movimento da Associação de Moradores do Morro dos Conventos, t da Câmara de Vereadores e de várias outras lideranças, deputado Manoel Mota, com referência ao fechamento do acesso à Barra do Rio Araranguá, que foi solicitado pela procuradora da República em Araranguá. E a comunidade, através de um abaixo-assinado com 462 assinaturas, procura reverter essa situação para que se encontre outra forma de proteger essa região, mas sem o seu fechamento, porque o fechamento do acesso à Barra do Rio Araranguá vai trazer prejuízos aos moradores, aos turistas, aos pescadores, a muitas pessoas que vivem inclusive da pesca e necessitam dessa atividade. Enfim, toda a comunidade está mobilizada para a reavaliação dessa questão.

A Câmara de Vereadores de Araranguá já aprovou a Moção n. 0013/2013, endereçada à procuradoria, no sentido de se encontrar outro caminho junto à administração municipal. O vereador Alexandre Rezende Pereira, o vereador João Abílio Pereira, o Lulu, e todos os demais vereadores do município de Araranguá assinaram esta moção pedindo que haja um reestudo nessa questão desse acesso à Barra do Rio Araranguá.

Também há a questão do lixo, mas que é reciclável, que precisa de fiscalização e recolhimento. Mas as autoridades locais, os vereadores e as lideranças entendem que devem buscar um encaminhamento para que se tenha uma solução, mas que não seja a solução extrema de fechamento do acesso total à Barra do Rio Araranguá.

É importante que se repense, proteja-se o meio ambiente, mas que não se use ações extremas nessa questão.

Então, o meu registro ao meu amigo Cristiano e a todos que estão trabalhando nessa questão, como o vereador Pereira, o vereador Lulu a todos os demais vereadores do município de Araranguá que protagonizaram essa moção e esse pedido.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Pois não!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Deputado Maurício Eskudlark, se v.exa. me permitir, eu quero, rapidamente, falar do Dia Estadual de Combate à Pirataria, que é hoje, dia 3 de dezembro.

Deputado Valmir Comin, seja bem-vindo. V.Exa., que está retornando a esta Casa, estava fazendo falta ao Parlamento Catarinense.

O presidente da FCDL/SC vai estar aqui hoje tratando falando da preocupação do comércio, das empresas legais que empregam, aquecem a economia e recolhem impostos, porque os números da pirataria no Brasil são assustadores e nós precisamos fazer uma verdadeira cruzada, todas as forças vivas da sociedade, principalmente os órgãos públicos, no sentido de conscientizar a nossa população para combater a pirataria, que é uma praga em nosso estado e país. São produtos sem qualidade, produtos contrabandeados que não recolhem impostos.

V.Exa., que é delegado de polícia, deputado Maurício Eskudlark, participa da Frente Parlamentar do Varejo, e sei que v.exa. tem uma preocupação com a pirataria.

Cito apenas alguns números, rapidamente. O mercado legal de alguns produtos como óculos, cigarros, *software*, perfumes, produtos de limpeza, TVs, câmeras, pilhas, relógios, consoles, dá R\$ 90 bilhões, e o mercado ilegal desses produtos dá R\$ 23,8 bilhões. Então, praticamente 40% desses produtos que relacionei são vendidos na ilegalidade em Santa Catarina e no Brasil. Isso é um absurdo, uma vergonha, um desrespeito ao poder público e, sobretudo, à nossa população.

Portanto, temos que trabalhar esse tema. Hoje é o Dia Estadual do Combate à Pirataria e não poderia deixar passar essa data sem fazer este registro.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Quero parabenizar o deputado Darci de Matos por essa defesa firme e constante da Frente Parlamentar do Comércio Varejista e na defesa daqueles que trabalham, colocam seu patrimônio, investem, acreditam, têm que pagar uma alta taxa de impostos ao poder público e ainda enfrentam a concorrência desleal de produtos que não pagam impostos, que entram de forma dissimulada no nosso território.

Parabéns por esse posicionamento e pela defesa da Frente do Comércio Varejista.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputado Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputado Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, quero apenas registrar a presença nesta Casa do vereador Vanio Cesar Vieira, do município de Itapema, que está acompanhado do sr. Rudimar, que é presidente da Associação de Amigos do Grupo Folclórico Troperos do Litoral, do município de Itapema. E gostaríamos de dizer de daqui a pouco estaremos deliberando sobre o projeto de lei que está para ser votado nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Renato Hinnig, por até doze minutos.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio AleSc Digital, dividirei o tempo do partido com o meu colega, deputado Manoel Mota.

Faço referência a um importante evento que tive a oportunidade de participar, ontem, que foi um seminário de sensibilização acontecido na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, coordenado pelo ministério das Cidades, no que se refere à mobilidade urbana e à Lei Nacional dos Planos Municipais de Mobilidade Urbana.

Tivemos a oportunidade de contar com a presença de um colega deputado de Minas Gerais, e constatamos que estão na linha de frente na discussão desse tema as assembleias do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais, e agora também a de Santa Catarina. E nós, a partir de junho, quando assumimos a cadeira de volta neste Parlamento, trouxemos esse assunto para a pauta.

A questão da mobilidade urbana cada dia que passa torna-se mais importante e presente na vida de cada cidadão, principalmente na Grande Florianópolis, mas também nos municípios do interior de Santa Catarina. Existe uma preocupação bastante grande do ministério das Cidades uma vez que há uma lei federal que estabelece que até 2015 todos os municípios acima de 20 mil habitantes têm que ter elaborado já os seus planos de mobilidade urbana. E os indicadores apresentados lá mostram-nos que apenas 6% dos municípios brasileiros já possuem o plano ou estão trabalhando na confecção dos seus planos de mobilidade urbana.

Por isso, faço questão de ressaltar e alertar, mais uma vez, desta tribuna os prefeitos dos municípios de Santa Catarina para essa necessidade, sob pena de, a partir de 2015, não terem mais a possibilidade de acessar recursos para a mobilidade urbana por conta da falta do plano municipal.

Gostaria de poder contar também com a participação dos srs. deputados, quando forem fazer visita às bases e aos prefeitos que são das suas regiões, no sentido de lembrá-los sobre a importância de se discutir esse tema. E penso que a Assembleia Legislativa pode ser a agente propulsora, a agente fomentadora dessa discussão para motivar o Executivo e os prefeitos a enfrentarem esse tema para termos em Santa Catarina o cumprimento dessa questão estabelecida na legislação e fazermos o nosso dever de casa.

Era sobre isso que eu queria me referir, e passo o restante do tempo ao deputado Manoel Mota, que tem assuntos a tratar e a informar aos catarienses.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário destinado ao PMDB, com a palavra o deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, assomo à tribuna para tratar de algumas questões importantes da minha região.

Nós temos um potencial em Santa Catarina, deputado Maurício Eskudlark, muito grande. O Morro dos Conventos é a maior beleza natural das praias do nosso Brasil. Não há nenhuma praia em nosso país mais bonita do que a do Morro dos Conventos. Para lá vão gaúchos de toda a região para visitar a barra do rio Araranguá. O rio Araranguá muda de cor de acordo com o vento. Quando o vento é nordeste, a água fica verde; quando o vento é sul, a água fica azul; quando não há vento, a

água fica branca prata; e quando chove a água fica turva.

Agora, o ministério Público tranca a entrada da barra! Eu queria dizer, porque ouvi v. exa. falando sobre isso, que acredito que eles não vão me prender, porque vou quebrar tudo que tiver de empecilho na sexta-feira! Quero assumir isso ao vivo e a cores! Porque nem eles nem ninguém têm condições de cercar o direito de ir e vir das pessoas, de trancar uma tradição do pescador e do turista, que entram lá para ver as belezas da natureza. Eles dizem que as pessoas não podem entrar lá porque deixam papel no chão, um monte de coisas na praia. É um absurdo! O que é isso? Onde nós estamos?! Será que este é o nosso país? Será que este é o país onde nós vivemos? Será que é isso que queremos em nosso país? Não!

Eu já estou convidando a Câmara de Vereadores para ir a Araranguá para mostrar que a sociedade também tem força para corrigir aquilo que está errado. Eu acho certo quando corrigem as coisas que estão erradas, mas não podem corrigir aquilo que está certo! Então, não vamos admitir isso de jeito algum!

Eu descobri, agora, que o pescador não pode entrar de automóvel na praia, uma coisa que é tradição de uma vida toda, que o turista do Rio Grande não pode mais ir ao Morro dos Conventos para ver os botinhos na barra. Agora não podem mais! Alguém não quer! Então, podem ter certeza de que vamos arrumar uma encrenca!

Hoje, eu vim aqui somente para falar em encrenca, deputado Maurício Eskudlark!

Na quarta-feira, dia 11, às 18h, teremos uma audiência pública no Auditório Antonieta de Barros para tratar da quarta pista da BR-101, uma rodovia onde toda semana morre uma pessoa.

Eu não quero aqui culpar os índios, porque já falei com eles e disseram que não há problema, que se pode fazer a quarta pista. Eu quero cobrar da Funai, que quer faturar dinheiro em cima, que quer a contrapartida das ações. Foram buscar índios importados no Paraguai. Encheram de índios lá e os coitados não têm culpa nenhuma, mas a Funai tem!

Eu queria fazer essa audiência pública lá no Morro dos Cavalos, mas algumas pessoas se assustaram com a minha proposta. Nós iríamos trancar a rodovia por pelo menos três ou quatro horas para fazer a fila chegar até Curitiba ou Porto Alegre. E nós já fizemos isso. Eu respondo por quatro processos na Polícia Federal das 50 vezes que eu já fechei a BR-101 para buscar a ordem de serviço. E nem o projeto de engenharia existia! Se nós não tivéssemos feito aquilo, ainda estava morrendo muita gente lá! E só conseguimos isso com ações duras. Muitas pessoas, mesmo sem ter culpa, pagaram, pois ficaram seis ou sete horas paradas nas filas. Mas este é o Brasil: ou tomam-se algumas medidas ou as coisas não acontecem!

Então, é por isso que vamos fazer em conjunto. Lá vão estar o vereador Isnardo Luis Brant, todos os demais vereadores de Palhoça e também a deputada Dirce Heiderscheidt, eu tenho certeza, porque ela é de Palhoça e tem compromissos também com aquela região. Todos nós vamos estar firmes! Será no dia da festa do meu partido, da minha bancada, mas se a festa demorar para acabar, eu a perderei, mas não perderei uma ação em defesa do povo, da liberdade, do usuário e daqueles que vêm desesperados dentro de uma ambulância e

ficam trancados lá devido aos acidentes de carros que ocorrem todos os dias.

Então, é preciso que se tome algumas medidas, e às vezes as medidas têm que ser duras. A Funai presta um grande serviço em alguns cantos, mas lá, com essa quarta pista, está prestando um desserviço para a sociedade do sul do estado e para o usuário da BR-101.

Por isso, na quarta-feira, nessa audiência pública, vão estar aqui na Casa a representação, a promotora pública federal, e serão tomadas medidas. E quero dizer que estarei junto, como estive lá em Palhoça fechando aquele posto de pedágio que estava cobrando indevidamente os recursos. E não cumpriram nada do que prometeram. Fechamos três, quatro, cinco vezes e agora não existe mais. E onde está o dinheiro que receberam do povo? Já devolveram? Não! O que vai não tem mais volta.

Então, são necessárias algumas medidas duras e às vezes radicais, mas importantes para a sociedade.

Também quero dizer que o governador Raimundo Colombo assinou um convênio de R\$ 2 bilhões com o Banco do Brasil, na semana passada, que contemplará algumas obras da minha região: uma ligação de Maracajá a Araranguá, de 5km; a escola agrotécnica federal em Santa Rosa do Sul, e cerca de R\$ 50 milhões para a Interpraías, que é uma obra fundamental que vai gerar emprego, renda e qualidade de vida. E lá não tem chaminé. Ela é uma indústria sem chaminé, que é o turismo. Por isso a Interpraías é tão importante!

Então quero aqui cumprimentar o governador e o vice-governador, que estão cumprindo a missão com Santa Catarina.

A presidente veio aqui, mas não veio de mãos abanando. Ela trouxe dinheiro para o Porto de São Francisco do Sul, para o Porto de Imbituba, e vão baixar o calado para navios de 380m atracar. Junto com ela veio, como presente do Banco do Brasil, um valor de R\$ 2 bilhões para Santa Catarina. Temos que reconhecer o trabalho, sim. Às vezes, faço críticas, mas também tenho que elogiar quando reconhecemos a verdade. E todo o movimento que fizeram e que acabou em baderna... Hoje, o Brasil precisa andar, e ele está andando e Santa Catarina também.

Então, esperamos que esses recursos sejam muito bem investidos em defesa do povo catarinense, porque esse é o compromisso que temos com toda a sociedade e muito mais ainda com o sul do meu estado.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputado Manoel Mota.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB

(Pausa)

Não havendo deputados do PSDB, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra a eminente líder, deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos acompanha pela TVAL, pela Rádio AleSC Digital e também de forma presente neste plenário, a exemplo do vereador

de Itapema Vânio Cesar Vieira e do professor Rudimar, que vão estar aqui acompanhando um projeto que iremos deliberar. Esperamos, sr. presidente, que haja quórum para deliberarmos projetos importantes que os catarinenses esperam que sejam aprovados no dia de hoje.

Hoje, no horário destinado aos Partidos Políticos, quero, primeiramente, dar os parabéns à minha cidade, Blumenau, que foi a campeã dos Jogos Abertos do estado de Santa Catarina. Inclusive, foi sede dos Jogos Abertos, fazendo um belíssimo espetáculo e recebendo vários atletas de diversos municípios de Santa Catarina na sua 53ª edição. E Blumenau foi o vencedor dessa edição, contabilizando, assim, srs. parlamentares e sra. deputada, a sua 40ª vitória das 53ª edições dos Jogos Abertos que aconteceram no nosso estado.

Então, parabéns aos nossos atletas que mais uma vez ganharam esse título.

Também trago para o debate no dia de hoje outro tema. Estamos na campanha dos 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres, que foi criada no ano de 1991 pelo Centro de Liderança Global de Mulheres, nos Estados Unidos, e espalhou-se por o todo mundo, somando mais de 150 países que estão participando.

(Passa a ler.)

"No período de 25 de novembro até o dia 10 de dezembro acontecem em atos e eventos denunciando várias formas de violência contra as mulheres.

No Brasil, a campanha inicia no dia 20 de novembro - Dia Nacional da Consciência Negra, instituído em 1978 -, chamando a atenção da sociedade para a situação da mulher negra no nosso país, que sofre também a violência de gênero e racial.

Passa pelo dia 6 de dezembro, instituído em 2007, como o dia nacional de mobilização dos homens pelo fim da violência contra as mulheres, reafirmando a participação do Brasil na campanha do Laço Branco - uma mobilização mundial de homens pelo fim da violência contra a mulher.

Eu quero também dar parabéns ao deputado Padre Pedro Baldissera, que propôs, na data de ontem, dia 2 de dezembro, a Frente Parlamentar Catarinense dos Homens Pelo Fim da Violência Contra a Mulher.

Então, finalizando, sra. deputada e srs. deputados, a campanha dos 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher, temos o dia 10 de dezembro, Dia Internacional pelos Direitos Humanos, instituído no ano de 1948 quando da assinatura da Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pela Organização das Nações Unidas - ONU.

E é também, como uma questão de direitos humanos que eu trago no dia de hoje a esta tribuna, a realidade das mulheres do estado de Santa Catarina, tão ignorada por este Parlamento e pelo estado de Santa Catarina.

Eu quero dizer que não há direitos humanos sem garantir o direito das mulheres. Eu digo ignorada, sim, pelo Parlamento e pelo governo do estado! Sra. deputada e srs. deputados, se alguns aqui não concordam com o descaso do governo do estado, ficam aqui algumas perguntas para as quais ainda não tivemos respostas para as nossas mulheres: quanto de recursos o estado investiu e quanto está pensando em investir no Orçamento do ano que vem para as políticas públicas de

enfrentamento à violência contra as nossas meninas e mulheres? Muito pouco ou nada! Quantos projetos foram propostos e pactuados com a secretaria de Políticas para as Mulheres do Governo Federal? Muito pouco ou nada - e a nossa ministra vai estar aqui esta semana. Quantas delegacias especializadas de atendimento à mulher há no estado de Santa Catarina? Vinte e oito, mas nem todas bem equipadas para o atendimento às nossas mulheres, e a maioria delas são híbridas." Quantos Centro de Referência e Casas Abrigo existem? Há poucos no estado de Santa Catarina, sendo que Casas Abrigo são apenas cinco. Eu posso contar nos dedos quais são os municípios que ainda mantêm Centros de Referência. Nós temos um em Rio do Sul, mas que até o momento não foi aberto.

(Continua lendo.)

"Então, várias vezes deputadas da bancada feminina ocuparam esta tribuna propondo e cobrando do governo do estado políticas de enfrentamento à violência contra as nossas mulheres e as nossas meninas, e também a implementação da Lei Maria da Penha, que completou sete anos este ano, com delegacias especializadas, casas abrigo, os juizados e os centros de referência.

Mas a realidade que nós vivemos, hoje, é uma só: o governo do estado de Santa Catarina é omissivo em relação à violência contra a mulher. O relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Congresso Nacional - e membros da comissão estiveram presentes nesta Casa, juntamente com a deputada Julia ou Jo Morais e a senadora Ana Rita, ocasião em que tivemos um grande debate - que investigou a implementação da Lei Maria da Penha no nosso estado é a prova da falta de compromisso do nosso governo do estado de Santa Catarina nessas políticas públicas.

Os dados da secretaria de Segurança Pública mostram-nos que a violência doméstica contra a mulher em Santa Catarina cresce a cada ano." E, ao falar em dados, quero dizer que não há uma estatística em que nós podemos confiar, porque os dados da secretaria de estado da Segurança Pública e os dados da secretaria de Saúde são muito divergentes.

(Continua lendo.)

"O número de boletins de ocorrência por ameaça em âmbito doméstico no nosso estado em 2010 foi de 18.200 ocorrências e em 2012 foi mais de 20.487 ocorrências. Por lesão corporal, que em 2010 foi de 9.529 ocorrências, no ano de 2012 nós tivemos 10.860 ocorrências. E quanto ao número de ocorrências por homicídio doloso em âmbito doméstico, que no ano de 2010 foram registradas 10 ocorrências, no ano de 2012 foram 34 ocorrências."

Isso significa que a implementação da lei levou as mulheres a denunciarem o agressor, mas elas não têm a garantia e a segurança das políticas públicas necessárias para resolver esse problema.

(Continua lendo.)

"Vejam que grave, senhoras e senhores, com base também em dados que foram disponibilizados pela secretaria de Segurança Pública - e com base nessas denúncias, todas feitas pelas mulheres catarinenses e pelas nossas meninas -, que apenas 44% dos boletins de ocorrência por estupro de meninas e de mulheres tem inquérito policial

instaurado. Portanto, apenas 44% dessas mulheres e dessas meninas tiveram a coragem de ir à delegacia contar a sua dor e fazer a denúncia.

Foram 2.334 meninas e mulheres que procuraram o auxílio do estado para denunciar que sofreram estupro, uma média de seis estupros por dia no ano de 2012. Destes 2.334 boletins de ocorrência, pasmem, sras. deputadas e srs. deputados, 1.721 foram estupros de meninas, de crianças, de adolescentes. Isso significa que 74% dos registros de estupro contra mulheres em nosso estado tiveram como vítimas crianças e adolescentes meninas."

Nós não podemos mais aceitar essa omissão do poder público. Estamos na contramão da história, enquanto o governo federal disponibiliza para o governo do estado de Santa Catarina tantos recursos, principalmente recursos de proteção às nossas mulheres e crianças, e não é feita a assinatura de pacto.

O exemplo acontecerá esta semana, na quinta-feira, no dia 5 de dezembro, no CIC, quando a nossa ministra Eleonora Menicucci de Oliveira, da secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, estará em Florianópolis para entregar ao estado de Santa Catarina duas viaturas para mulheres em situação de violência no campo e na floresta. E virá também para formalizar a adesão ao programa Mulher, Viver sem Violência, que prevê a construção da Casa da Mulher Brasileira em Florianópolis. É isto que queremos: proteção às nossas crianças, aos nossos adolescentes e às nossas mulheres.

É fundamental que a sociedade compreenda que a violência contra a mulher não é um assunto apenas das mulheres, dos movimentos de mulheres e de feministas. A violência contra a mulher é uma questão que tem que ser tratada por toda a sociedade, por homens e mulheres, para acabarmos com esse tipo de violência que tem torturado e causado muito sofrimento às nossas crianças, aos nossos adolescentes e às mulheres. Não podemos pensar em direitos humanos antes de garantir às nossas mulheres também os seus direitos.

Era isto o que eu tinha a dizer, sr. presidente.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputada Ana Paula Lima.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, quero fazer um apelo, com a permissão de v.exa., aos parlamentares que estão em seus gabinetes para que possam vir ao plenário, porque já em algumas sessões estamos tentando votar alguns projetos e não temos, infelizmente, obtido quórum. Temos projetos importantes para Santa Catarina e, sobretudo, para o Parlamento catarinense.

Quero aqui registrar a presença do presidente do Conselho Estadual de Combate à Pirataria e do presidente da FCDL, porque hoje é o Dia Estadual de Combate à Pirataria. E, posterior à Ordem do Dia, eles irão se

pronunciar a respeito desse tema tão importante para o estado e para o Brasil, pois se vende produtos sem qualidade para a comunidade e não se recolhe impostos para o poder público. E temos que combater isso a todo o instante.

Obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputado Darci de Matos.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jean Kuhlmann.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, também quero registrar o Dia de Combate à Pirataria. Mas queria pedir a v.exa., em nome da Frente Parlamentar de Apoio ao Setor Têxtil, que conversasse com os líderes desta Casa para agilizar o projeto de v.exa. que justamente traz algumas sanções à questão do registro da inscrição estadual para aqueles que forem comercializar produtos pirateados.

Então, gostaria de pedir a v.exa., em nome da Frente Parlamentar e em nome deste Poder, que tente agilizar a tramitação do projeto de v.exa., pois ele é muito importante para esse setor. E tenho certeza de que numa conversa com os líderes desta Casa haverá um consenso no sentido da tramitação dessa matéria até o final desse ano.

Quero fazer esse apelo, contar com o apoio de v.exa. e dizer que sou favorável e vou apoiá-lo nessa situação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigado especialmente por se transformar no principal cabo eleitoral pela aprovação do meu projeto que já tramita nesta Casa há mais de três anos. A matéria é de 2010, foi diligenciada várias vezes ao governo e foi ajustada. Vejam que vários estados do Brasil já têm uma lei de combate e enfrentamento à pirataria. Nós precisamos agir com muito rigor porque não é possível continuarmos assistindo a essa concorrência desleal de um setor que emprega, gera trabalho, renda e tributos.

Queremos nos comprometer com v.exa. de que amanhã, às 17h, estaremos convocando todos os líderes e os presidentes de comissões para que possamos definir a pauta final das últimas semanas agora de votação. Nós vamos priorizar essa matéria para que ela seja deliberada ainda este ano. Quero firmar com v.exa. este compromisso!

Passaremos à Ordem do Dia.

Por solicitação do autor, fica retirado da pauta de hoje o Projeto de Lei n. 0315/2013.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0375/2013, de procedência governamental, que autoriza a concessão de uso de imóvel no município de Chapecó (educação especial inclusiva).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação, e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0392/2013, de procedência governamental, que autoriza a doação de imóvel no município de Coronel Freitas (Escola Municipal Coronelzinho).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação, e da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público. Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0403/2013, de procedência governamental, que autoriza a aquisição de barragens nos municípios de Ibirama, Ituporanga, José Boiteux e Jacinto Machado.

Ao projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado. Discussão e votação em turno único o Projeto de Lei n. 0409/2013, de procedência governamental, que autoriza a doação de imóvel no município de Atalanta (unidade básica de saúde).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação, e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado. Discussão e votação em turno único o Projeto de Lei n. 0410/2013, procedência governamental, que autoriza a doação de imóvel no município de Palma Sola (unidade básica de saúde).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação, e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado. Discussão e votação em turno único o Projeto de Lei n. 0413/2013, de procedência governamental, que autoriza a aquisição de imóvel no município de Caçador

(construção unidade da Polícia Civil e do Instituto Geral de Perícias).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação, e de Trabalho, Administração e Serviço Público. Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado. Discussão e votação em turno único o Projeto de Lei n. 0424/2013, de procedência governamental, que autoriza a aquisição de imóvel no município de Massaranduba (delegacia de Polícia Civil).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação, e de Trabalho, Administração e Serviço Público. Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado. Discussão e votação em turno único o Projeto de Lei n. 0425/2013, de procedência governamental, que autoriza a doação de imóveis nos municípios de Água Doce, Mafra e Palhoça (postos de fiscalização da Polícia Rodoviária Federal).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação, e de Trabalho, Administração e Serviço Público. Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado. Discussão e votação em turno único o Projeto de Lei n. 0426/2013, de procedência governamental, que autoriza a doação de imóvel no município de Anitápolis (unidade básica de saúde).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação, e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado. Discussão e votação em turno único o Projeto de Lei n. 0430/2013, de procedência governamental, que autoriza a doação de imóvel no município de Ibicaré (centro de referência em assistência social).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação, e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado. Discussão e votação em turno único o Projeto de Lei n. 0431/2013, de procedência governamental, que autoriza a doação de imóvel no município de Jaraguá do Sul (museu e centro cultural).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação, e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado. Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0433/2013, de procedência governamental, que autoriza a doação de imóvel no município de Planalto Alegre (construção de centro poliesportivo).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação, e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0458/2013, de procedência governamental, que autoriza a cessão de uso compartilhado de imóveis a municípios.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0543/2011, de procedência governamental, que altera o "caput" do art. 1º e o art. 2º da Lei n. 15.531, de 2011, que autoriza a cessão de uso de imóvel no município de Florianópolis.

Dentro deste projeto foi apensado o Projeto de Lei n. 0135/2013.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação, e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0020/2013, de autoria do deputado Jailson Lima, que declara de utilidade pública a Associação Ituporanguense de Judô, com sede no município de Ituporanga.

Ao projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0076/2013, de autoria do Neodi Saretta, que declara de utilidade pública a Associação Santa Catarina Dança, do município de Florianópolis.

Ao projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0277/2013, de autoria do deputado Marcos Vieira, que declara de utilidade pública a Associação de Voluntários Josefense de Ação Social (Avjas), com sede no município de São José.

Ao projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0307/2013, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, que declara de utilidade pública o Grêmio Recreativo Velha Guarda da Unidos da Colônia (G.R.V.G.U.C.), com sede no município de Florianópolis.

Ao projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0341/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que declara de utilidade pública a Associação de Amigos do Grupo Folclórico Tropeiros do Litoral, do município de Itapema.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0361/2013, de autoria do deputado Valmir Comin, que declara de utilidade pública o Grupo de Pais e Amigos pela Unidade Infanto-Juvenil de Onco-Hematologia (Guido), de Criciúma.

Ao projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público. Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0435/2013, de autoria do deputado Narcizo Parisotto, que declara de utilidade pública a Associação Coral Acalanto, de Balneário Camboriú.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0437/2013, de autoria do deputado Serafim Venzon, que declara de utilidade pública a Associação Caminho das Águas do Tijucas, de Tijucas.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0466/2013, de autoria do deputado Gelson Merisio, que declara de utilidade pública a Associação de Fraternidade Ecumênica (Asfrec), de Chapecó.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0467/2013, de autoria do deputado Gelson Merisio, que declara de utilidade pública a Associação de Atendimento Pré-Hospitalar Anjos do Asfalto, de Chapecó.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0480/2013, de autoria do deputado Volnei Morastoni, que declara de utilidade pública a Associação Beneficente Unidos por Todos (Abut), de Camboriú.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público. Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0027/2013, de procedência do Tribunal de Justiça do Estado, que altera o art. 18 da Lei Complementar n. 367, de 2006, que dispõe sobre o Estatuto da Magistratura do Estado de Santa Catarina e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação, e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, é somente para esclarecer que votaremos favorável a esse projeto. Inclusive, consideramos justo que o juiz que exerce a Presidência do Fórum tenha uma função a mais do que os demais juízes em tese. Embora a reflexão de um leigo é de que essa atribuição pudesse ser talvez de um administrador, justamente para que aquele cidadão que faz o concurso público possa exercer judicância. E que ele possa, efetivamente, dedicar a maior parte do seu esforço para essa atribuição e não para funções administrativas.

Com essa observação, o nosso voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Em votação.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	sim
DEPUTADO ANTONIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	
DEPUTADO CIRO ROZA	sim
DEPUTADO DADO CHEREM	
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO RENATO HINNIG	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SANDRO SILVA	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	
DEPUTADO SILVIO DREVECK	
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Está encerrada a votação.

Temos 22 votos "sim" e nenhum voto "não".

Está aprovada a matéria em primeiro turno.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0371/2012, de autoria do deputado Dirceu Dresch, que institui o Dia Estadual do Sindicalista, a ser comemorado no dia 9 de setembro, no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0436/2013, de autoria da deputada Luciane Carminatti, que institui o Dia Estadual do Servente Escolar.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o Regimento interno, as Indicações n.s.: 0798/2013, de autoria do deputado José Milton Scheffer; 0799/2013, de autoria do deputado Altair Silva; 0800/2013, de autoria do deputado Darci de Matos; 0801/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0802/2013, 0803/2013 e 0804/2013, autoria do deputado Neodi Saretta; e 0805/2013, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera.

Também comunica que defere os Requerimentos n.s.: 1.245/2013 e 1.261/2013, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 1.246/2013, 1.247/2013, 1.248/2013, 1.249/2013, 1.250/2013, 1.251/2013, 1.252/2013, 1.253/2013, 1.254/2013, 1.255/2013 e 1.256/2013, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 1.257/2013, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 1.258/2013, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt; 1.259/2013, de autoria do deputado Marcos Vieira; 1.260/2013, de autoria de Darci de Matos; 1.262/2013, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 1.263/2013, de autoria do deputado Aldo Schneider; 1.264/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima; e 1.265/2013, de autoria do deputado Reno Caramori.

Requerimento n. 1.229/2013, de autoria do deputado Ismael dos Santos, que solicita o envio de mensagem ao gerente da empresa de telefonia móvel Vivo, pedindo a garantia do direito de comunicação aos moradores das localidades de Piurras, Mineiros, Dois Irmãos, Serra Veve e Serra dos Macedos, no município de Bocaina do Sul.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento 1.234/2013, de autoria do deputado Reno Caramori, que solicita o envio de mensagem aos gerentes das empresas de telefonia de Santa Catarina, pedindo a ampliação da cobertura e melhoria na qualidade do sinal da telefonia móvel no município de Treze Tílias.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Sr. Deputado Narcizo Parisotto - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Narcizo Parisotto.

O SR. DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO - Sr. presidente, apenas gostaria de registrar a presença, na sessão desta tarde, do vice-presidente da Câmara de Vereadores de Chapecó, Ildo Adão Antonini, que a partir de 1º de janeiro será o presidente daquela Casa e é do DEM.

Portanto, com muita alegria registro a presença dessa pessoa muito ilustre no referido município. Seja bem-vindo!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Narcizo Parisotto!

Esta Presidência registra e agradece a presença do futuro presidente da Câmara de Vereadores do grande município de Chapecó, que ainda está em festa pela ascensão à série A do Campeonato Brasileiro, juntamente com o Figueirense e o Criciúma. E que, se Deus quiser e os jogadores quiserem, no próximo domingo vai confirmar também, para a nossa alegria, a sua manutenção na elite do futebol brasileiro. E para a festa ficar mais linda e completa apenas faltará a queda de dois cariocas, e que estão bem encaminhados, para Santa Catarina ficar com três representantes na Série A e o Rio de janeiro, oxalá, com apenas dois. Será uma alegria imensa e confio muito que isso possa acontecer.

Requerimento n. 1.235/2013, de autoria do deputado Reno Caramori, que solicita o envio de mensagem ao gerente da empresa Oi, pedindo a substituição dos cabos de rede de telefonia fixa na comunidade de Arroio do Meio, município de Peritiba.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0114/2013, de autoria do deputado Joares Ponticelli, a ser enviada ao presidente do grupo RIC Santa Catarina, manifestando aplausos pelo lançamento do exemplar alusivo aos 25 anos da RIC no estado.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0115/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviada aos presidentes: da Câmara dos Deputados, do

Senado Federal e das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense no Congresso Nacional, apelando pela aprovação do Projeto de Emenda Constitucional n. 057/2012, que dispõe sobre a vedação de divulgação de pesquisas eleitorais nos 15 dias que antecedem o pleito eleitoral em primeiro e segundo turnos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0116/2013, de autoria de deputado Renato Hinnig, a ser enviada ao empresário Mário Lanznaster, de Chapecó, manifestando aplauso pelo recebimento do Título de Empresário do Ano de 2013 e do Troféu Nelson Galina, pela sua responsabilidade social e contribuição para o desenvolvimento do estado.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0117/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviada à direção da Escola de Educação Básica Professor João Widemann, do município de Blumenau, parabenizando-a pela conquista do Prêmio Nacional de Educação Fiscal 2013.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0103/2013, de autoria do deputado Neodi Saretta, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações referentes à licença das empresas que extraem areia do curso do Rio Cubatão, no município de Palhoça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0104/2013, de autoria do deputado Neodi Saretta, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações referentes aos servidores que conduzem veículos de emergência.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0105/2013, de autoria do deputado Renato Hinnig, a ser enviado ao governador do estado, solicitando a relação de nomes das pessoas jurídicas, CNPJ e valores inerentes aos contratos mencionados no anexo único do Decreto Estadual n. 3.748/2005, com redação modificada pelos Decretos Estaduais n.s: 4.459/2006, 1.651/2013 e 1.767/2013.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0106/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviado ao procurador-geral de Justiça do Ministério Público Estadual, solicitando informações sobre as investigações da operação "tapete negro", realizada no ano passado, no município de Blumenau.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, quero registrar um fato importante para o Parlamento catarinense. E quero parabenizar a Band Santa Catarina porque a referida emissora instituiu o programa Votei em Você e alguns deputados já entraram no ar todos os sábados, durante 30 minutos. É um programa que estimula a cidadania do estado, dá um espaço para o parlamentar poder falar dos projetos e das coisas boas de Santa Catarina, e temos que enaltecer e parabenizar a emissora.

Portanto, parabenizo a direção da emissora. Espero que eles possam continuar com esse programa que é tão importante para todos nós, representantes do povo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Esta Presidência, em nome da Casa, associa-se à manifestação de cumprimentos apresentada à Band por v.exa.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Na esteira do deputado Darci de Matos, quero também registrar que esteve nesta Casa o presidente da Fesporte, Erivaldo Caetano Júnior, o Vadinho, e aproveito para parabenizá-lo pela belíssima organização do 53º

Jogos Abertos de Santa Catarina, na cidade de Blumenau.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Antes de me referir ao requerimento que foi apresentado à Mesa, esta Presidência quer reiterar o convite as sras. deputadas e aos srs. deputados para que participem da sessão da noite de hoje, ocasião em que esta Casa e os 40 deputados da 17ª Legislatura prestarão uma justa e merecida homenagem a todos os parlamentares que presidiram esta Assembleia Legislativa no período Republicano, desde o primeiro presidente Francisco Tolentino até os dos dias atuais. Deputado Romildo Titon, teremos a oportunidade de fazer o reconhecimento e prestar o agradecimento a todos aqueles que tiveram o privilégio e a responsabilidade de passar por aqui. E já me associando e abraçando o deputado Romildo Titon, que também vai prestar uma homenagem, ele como nosso futuro presidente.

A Mesa entendeu ser justa essa homenagem, porque muitos, deputado Neodi Saretta - e não é o caso de v.exa., que presidiu esta Casa e continua brilhando e ativo na política catarinense -, que já não se encontram mais na atividade, no cotidiano da política, muitas vezes, deputada Dirce Heidercheidt, não têm sequer a lembrança, uma ligação de um contato. E eles tiveram durante o mandato vidas tão ativas e depois que deixaram essa vida, deputado Romildo Titon, não recebem sequer um cumprimento ou, às vezes, nenhuma ligação nem por ocasião do próprio aniversário.

Estou muito feliz porque recebemos a confirmação da presença de muitos ex-presidentes. Vejam o quanto isso é importante para as famílias também.

O Deputado Francisco Tolentino, deputada Dirce Heidercheidt, teve sete mandatos. Foi um deputado muito íntegro, a história dele é belíssima.

Nós recebemos a confirmação da presença nesta noite de uma neta do primeiro presidente desta Casa no período Republicano, que tem 91 anos de idade. Ela vai estar aqui hoje para receber a homenagem em nome do avô.

Penso que é um momento importante em que a Assembleia Legislativa vai prestar esse reconhecimento. E numa sessão nostálgica, deputado Mauro de Nadal, idêntica àquela da celebração dos 25 anos da Constituinte.

Eu sei que nessa época do ano as agendas de todos os parlamentares ficam muito cheias, são muitos os compromissos, mas gostaria de reforçar o convite para que v.exas. possam, hoje à noite, comparecer na sessão especial e ajudar-nos a prestar essa homenagem aos ex-presidentes desta Casa.

Esta Presidência comunica que recebeu o Ofício n. 416/2013, com o seguinte teor:

(Passa a ler.)

"Florianópolis, 28 de novembro de 2013.

Senhor Presidente,

Os líderes desta Casa vêm requerer a Suspensão da Sessão Ordinária, Ordem do Dia, no dia três de dezembro de 2013, pelo tempo estipulado regimentalmente, para que o Sr. Sérgio Alexandre Medeiros, Presidente da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas - FCDL/SC e Presidente do Conselho Estadual de

Combate à Pirataria - CECOP/SC - apresente informações relacionadas ao Dia de Combate à Pirataria e à Biopirataria em Santa Catarina, instituído pela Lei Estadual n. 15.880, de 2012.

Sendo o que se apresenta para o momento e colocando-nos a vossa inteira disposição, reiteramos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente

(a) Darci de Matos

Deputado Estadual"[sic]

Este ofício, srs. deputados, está subscrito por todos os líderes de bancada com assento nesta Casa. Atendendo, portanto, o ofício, esta Presidência suspende a sessão por dez minutos.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)(Faz soar a campainha.) - Estão reabertos os trabalhos.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrito para falar em primeiro lugar o sr. deputado Moacir Sopelsa, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, quero também cumprimentar o Sérgio Alexandre Medeiros, presidente da nossa FCDL, e desejar que possamos ter êxito em todas as ações aqui mencionadas nesses dez minutos em que fizemos as suas manifestações.

Srs. presidente, venho à tribuna desta Casa hoje para falar sobre dois projetos. Às vezes, mesmo sendo um projeto modesto dentro de uma Câmara de Vereadores, ele pode ter, em nível de país, um tamanho incalculável.

E quero falar sobre um vereador de Concórdia, Edilson Massocco, de primeira legislatura, que teve mais de 3.500 votos numa eleição. Nós, políticos, sabemos como são importantes os cargos comissionados para uma prefeitura, um governo do estado, o governo da união, mas também sabemos que, muitas vezes, esses cargos são exercidos e nem sempre pelas pessoas certas nos lugares certos.

E o vereador, no projeto de lei complementar de sua autoria, estabeleceu o limite de 6% para cargos comissionados em relação ao total de funcionários efetivos da administração municipal. E ainda ele reserva, desses 6%, 40% de cargos para servidores de carreira.

Esse projeto foi aprovado na Câmara de Vereadores de Concórdia, e a partir de 2018 a prefeitura municipal de Concórdia deverá ter no máximo 6% de cargos comissionados referentes à quantia de servidores. Se ela tiver mil servidores, terá 60 cargos comissionados, sendo que desses 60, 40% deverão ser funcionários de carreira da prefeitura.

Ele apresentou esse projeto no Congresso Nacional - e nós estivemos, na semana passada, em Brasília -, sendo escolhido o projeto vencedor de todos os projetos que foram apresentados nesse encontro com vereadores de todo o país. Acredito que foram mais de 5 mil vereadores, pelo histórico contado.

Esse é um projeto que devemos ter como exemplo. Muitas vezes os órgãos públicos, deputado Joares Ponticelli, ficam inchados, ficam sem recursos para investimentos, mas nós deixamos de olhar isso;

deixamos de olhar quanto que a prefeitura, o estado e a união gastam nas suas folhas de pagamento com aqueles que são de fato funcionários efetivos e com aqueles que são funcionários comissionados, e que são muitos necessários. Temos que ter essa consciência. Mas, às vezes, muitos acabam onerando a folha de pagamento sem necessidade.

Eu acho que se tivermos a consciência de olhar todos os poderes, começando pelo município, eu digo que estaremos construindo, sem dúvida alguma, um país melhor, deputado Reno Caramori. E v.ex.a., que já foi prefeito, assim como também o deputado José Milton Scheffer e este deputado, sabe como são importantes os cargos comissionados, os cargos de confiança, mas também sabemos das dificuldades que eles nos trazem.

O projeto de lei do vereador Edilson Massocco colocou Concórdia em situação pioneira, no cumprimento do art. 37 da Constituição Federal, em seu inciso V. Ele fez com que o município se tornasse exemplo em todas as esferas na administração, nos municípios, nos estados e na união.

Então, quero deixar registrado aqui os meus cumprimentos ao vereador Edilson Massocco e também o reconhecimento de todos os vereadores presentes no congresso da semana passada, em Brasília, de que esse é um projeto modelo dentro das Câmaras de Vereadores do nosso país.

Eu cumprimento o vereador Edilson Massocco, mas, especialmente, todos os vereadores e, inclusive, os vereadores do município de Concórdia que votaram a favor desse projeto e acabaram fazendo um projeto que se tornou lei.

Outro assunto que me traz à tribuna desta Casa, hoje, diz respeito, deputados Reno Caramori e Silvio Dreveck, às nossas regiões.

No mês de maio, quando se comentou muito sobre a Ferrovia do Frango, a Ferrovia do Oeste e nós discutimos se a ferrovia deveria ou não passar por Caçador, Concórdia, Seara, ou se deveria sair de Chapecó indo rumo a BR-282, eu apresentei, deputado José Milton Scheffer, uma indicação e tive sucesso. O ministério do Planejamento, junto com a Valec, a empresa que está encarregada de fazer o estudo do projeto... Então, a sugestão foi que fossem incluídas, deputado Reno Caramori, regiões como Seara, Concórdia, Capinzal e Piratuba. E Piratuba e Capinzal já estão com uma ferrovia existente, embora antiga.

Nós não somos contra que se faça a ferrovia pelo leste, norte ou sul. Mas quando se trata de um projeto que visa à economia, ao meio ambiente e à lucratividade... E depois de concluída a obra, ela deverá ser privatizada. E não é justo que não se estudem todas as possibilidades.

Agora temos aí a garantia da Valec, avaliada pelos ministérios da Integração Nacional e dos Transportes, de que o nosso pedido será analisado e que no projeto de avaliação para a instalação da ferrovia poderá ser também avaliada a possibilidade deste trajeto que eu citei aqui: Chapecó, Concórdia, Seara, Piratuba e Capinzal indo a Herval d'Oeste.

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Pois não!

O Sr. Deputado Reno Caramori - Deputado Moacir Sopelsa, eu vou lhe fazer um pedido: registre em cartório o seu documento, porque talvez nós, em vida, não vamos ter a oportunidade de ver a ferrovia. Daqui a 50 anos talvez ela vá acontecer, porque há 24 anos já se havia levantado, por iniciativa do saudoso Wilson Kleinübing, e até hoje não existe nem o projeto, somente deputados eleitos!

Eu quero dizer que se existe uma lei, ela é a seguinte: tem que ser feito o estudo de viabilidade técnica, econômica, social e ambiental.

Nós estivemos várias vezes em Brasília e havia um projeto de ferrovia atravessando o estado de Santa Catarina de ponta a ponta com destino a Itajaí. Nós mostramos que lá não era estudo de viabilidade! Estudo de viabilidade são algumas opções que têm que ser estudadas. Por isso o estudo de viabilidade técnica. A Valec não tinha feito esse estudo. Nós fizemos um documento à Valec, na época, para que o acesso do extremo oeste fosse ao litoral catarinense, com todas as opções: via Herval d'Oeste com Mafra, descendo por São Francisco do Sul. Outra opção: chegando a Herval d'Oeste com sentido Campos Novos, descendo a serra. Outra opção seria seguindo o leito já existente da ferrovia, porque eles não podem fazer um estudo de viabilidade num trecho somente.

Então, eu acho que está correto, agora todos os projetos são apresentados, deputado Moacir Sopelsa, e lá na Valec eles colocam no papel.

Precisamos ver, na realidade, o estudo que será feito nesse levantamento técnico, científico econômico e ambiental.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Mas, deputado Reno Caramori, é claro que não estou aqui criando nenhuma expectativa, porque tenho consciência de que está apenas falando o estudo de um projeto, deputado Joares Ponticelli.

Sei que o deputado Reno Caramori tem consciência daquilo que está dizendo. Deputado Reno Caramori, espero ter um pouquinho mais de esperança do que v.ex.a., uma vez que eu acredito que esse projeto não vai ser feito com esses recursos do poder público. Deputado Padre Pedro Baldissera, embora muitas vezes eu contestado, acho que muitas coisas precisam começar a ser privatizadas. Eu prefiro ir, deputado Reno Caramori, na rodovia que vai de Concórdia a Chapecó, privatizada, mas pagando um pedágio justo e não como muitos que existem no Rio Grande do Sul, que são uma vergonha, uma exploração. Mas se temos um pedágio justo e uma estrada sinalizada, com terceira pista, em condições de trafegar e não esburacada, isso é aceitável.

Então, temos que começar a repensar...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra o deputado Padre Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, eu gostaria de aproveitar este espaço na tribuna exatamente

para fazer algumas considerações daquilo que realizamos no dia de ontem nesta Casa, em nome do Poder Legislativo, quando constituímos e, ao mesmo tempo, fizemos o lançamento da Frente Parlamentar, do estado de Santa Catarina, dos Homens pelo fim da Violência Contra as Mulheres.

Foi uma atividade de um alcance social e, da mesma forma, extraordinário, ocasião em que tivemos a presença de várias autoridades representando segmentos da sociedade e do governo do estado.

Ao mesmo tempo, também faço menção e destaque do juiz eleitoral Wilson Fontana, que tem tido uma atuação muito eficaz no sentido de fazer a defesa de direitos e valores dos cidadãos e das cidadãs.

E da presença, também, de Edegar Pretto, que é filho do Adão Preto e deputado estadual lá do Rio Grande do Sul, estado que foi o primeiro a instituir e lançar a Frente Parlamentar de dos Homens pelo Fim da Violência Contra as Mulheres.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Muito obrigado, deputado Padre Pedro Baldissera.

Quero aproveitar a oportunidade para parabenizar v.exa. pelos trabalhos de ontem e dizer que, infelizmente, não pude participar. Mas quero, desde já, dizer que me somo a esse esforço desse trabalho da construção e do fortalecimento dessa frente parlamentar, que é também uma obrigação nossa nos colocar nesse debate e dizer que temos, sim, que defender uma sociedade mais justa, fraterna, igualitária, independente e livre de todas as violências e, especialmente, das violências dos homens contra as mulheres. E nós, homens, precisamos ter a iniciativa de fazer esse debate para mostrar que não é uma questão apenas de minoria.

Parabéns a v.exa. e conte conosco naquilo que for possível.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

Então, quero fazer menção e destaque de alguns momentos que eu julgo

importantes, que aconteceram neste debate no dia em que fizemos o lançamento da Frente Parlamentar Dos Homens pelo Fim da Violência Contra as Mulheres.

Assim, com a presença do Edegar Pretto, deputado estadual do Rio Grande do Sul, do dr. Wilson Fontana e de várias autoridades presentes na atividade fizemos um debate extraordinário no sentido inicial de que percebêssemos que diante de cada um e de cada uma de nós existe um ser humano, uma pessoa, e que nós temos que reconhecê-la como pessoa, como ser humano.

No momento em que tivemos esse entendimento, essa compreensão, pessoalmente acredito que nós estaremos estabelecendo um fim da violência, seja dos homens contra as mulheres e, ao mesmo tempo também, de qualquer violência sobre ou contra qualquer criatura.

É claro que quando se fala aqui da violência, fala-se de uma sociedade eminentemente machista, infelizmente. E isso está impregnado, contido, numa questão cultural, que envolve a sociedade como um todo nessa concepção machista patriarcal. E aí se dá também um desafio a todos nós, no sentido de iniciarmos um trabalho profundo, forte, marcante, principalmente com meninos e meninas das fases iniciais, desde o berço, estendendo-se às instituições escolares, para que possamos aos poucos implementar uma nova consciência, uma nova concepção a respeito da relação do homem com a mulher. E, ao mesmo tempo, também para coibirmos qualquer tipo de violência que se possa imaginar.

Nós sabemos que dos 100 municípios com o maior índice de violência contra as mulheres, cinco municípios estão em Santa Catarina.

Quer dizer, para um estado que vive uma situação diferenciada de outros estados em vários contextos, em várias situações, nós não podemos imaginar que dos 100 municípios com índice de maior violência contra a mulher, cinco estejam no nosso estado. E Santa Catarina, no *ranking* nacional, aparece em terceiro lugar em número de estupros praticados contra a mulher.

Então, não dá para se admitir que no século em que vivemos ainda ocorra essa brutalidade, essa violência contra a mulher.

É claro que, nesse mesmo aspecto, tanto o deputado estadual Edegar Pretto, bem como o Wilson Fontana apontavam algumas iniciativas que deveríamos realizar no estado de Santa Catarina. Eu queria, entre elas, destacar uma que julgo extremamente importante, que é exatamente a criação da secretaria da Mulher.

Nesse sentido, queremos fazer aqui um apelo ao governador do estado de Santa Catarina, Raimundo Colombo, para que possa trabalhar essa possibilidade da criação da secretaria da Mulher dentro do organograma e da estrutura do governo do estado. A frente parlamentar irá trabalhar nesse sentido.

Agora, é claro que entre tantos outros trabalhos que poderíamos desenvolver em nossa sociedade, queremos aqui despertar em todos os municípios do estado de Santa Catarina iniciativas como essa da Câmara de Vereadores. Esperamos que os nossos vereadores em todos os municípios possam criar uma frente parlamentar para fazer essa discussão em todas as regiões do nosso estado para que possamos, através de um trabalho de publicidade e, ao mesmo tempo também, dentro das instituições educacionais construir de fato uma nova mentalidade, uma nova consciência e uma nova relação dos homens para com as mulheres no estado de Santa Catarina e em todo o país.

Então, a todo homem que comete qualquer tipo de violência contra a mulher, nós apontamos o cartão vermelho, que através desse gesto coibimos e proibimos qualquer tipo de violência do homem contra a mulher.

Era isto o que eu tinha a dizer, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputado Padre Pedro Baldissera.

Não havendo mais oradores inscritos em Explicação Pessoal, livre a palavra a todos o srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, especial, para hoje, às 19h, em homenagem aos ex-presidentes da Assembleia Legislativa.

Está encerrada a presente sessão.

ATOS DA MESA

ATO DA PRESIDÊNCIA DL

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 006-DL, de 2014

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições ALTERA o Ato da Presidência nº 004-DL, de 18 de fevereiro de 2014.

Substituí a Deputada Ana Paula Lima, na Comissão de Proteção Civil, pelo Deputado Volnei Morastoni; o Deputado Volnei Morastoni, na Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, pela Deputada Ana Paula Lima; e o Deputado Gelson Merisio, na Comissão de Prevenção e Combate às Drogas, pela Deputada Ana Paula Lima.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Deputado Marcos Vieira

Deputado Narcizo Parisotto

Deputado Neodi Saretta

Deputada Ana Paula Lima

Deputado José Nei Alberton Ascari

Deputado Jean Kuhlmann

Deputado Silvio Dreveck

Deputado Aldo Schneider

Deputado Mauro de Nadal

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Deputado Gilmar Knaesel
 Deputado Marcos Vieira
 Deputada Angela Albino
 Deputado Dirceu Dresch
 Deputada Luciane Carminatti
 Deputado Darci de Matos
 Deputado Valmir Comin
 Deputado Renato Hinnig
 Deputado Antonio Aguiar

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Deputado Marcos Vieira
 Deputado Sargento Amauri Soares
 Deputada Ana Paula Lima
 Deputado Maurício Eskudlark
 Deputado Reno Caramori
 Deputado Carlos Chiodini

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Deputado Dóia Guglielmi
 Deputado Narcizo Parisotto
 Deputado Dirceu Dresch
 Deputado José Nei Alberton Ascari
 Deputado José Milton Scheffer
 Deputado Mauro de Nadal

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Deputado Gilmar Knaesel
 Deputada Angela Albino
 Deputada Luciane Carminatti
 Deputado Ciro Roza
 Deputado José Milton Scheffer
 Deputado Antonio Aguiar
 Deputada Dirce Heiderscheidt

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Deputado Marcos Vieira
 Deputado Volnei Morastoni
 Deputado Gelson Merisio
 Deputado Reno Caramori
 Deputado Carlos Chiodini
 Deputado Aldo Schneider
 Deputado Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Deputado Dado Cherem
 Deputado Sargento Amauri Soares
 Deputada Luciane Carminatti
 Deputado Ismael dos Santos
 Deputado Silvio Dreveck
 Deputado Antonio Aguiar
 Deputado Carlos Chiodini

COMISSÃO DE SAÚDE

Deputado Serafim Venzon
 Deputado Sargento Amauri Soares
 Deputado Volnei Morastoni
 Deputado Jorge Teixeira
 Deputado José Milton Scheffer
 Deputado Antonio Aguiar
 Deputado Mauro de Nadal

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Deputado Serafim Venzon
 Deputada Angela Albino
 Deputado Dirceu Dresch
 Deputado Jorge Teixeira
 Deputado Silvio Dreveck
 Deputado Renato Hinnig
 Deputado Mauro de Nadal

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Deputado Dado Cherem
 Deputada Angela Albino
 Deputado Dirceu Dresch
 Deputado Gelson Merisio
 Deputado José Milton Scheffer

Deputado Moacir Sopelsa

Deputado Carlos Chiodini

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Deputado Dado Cherem
 Deputado Neodi Saretta
 Deputado Maurício Eskudlark
 Deputado Silvio Dreveck
 Deputado Edison Andrino
 Deputado Aldo Schneider

Deputada Angela Albino

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Deputado Gilmar Knaesel
 Deputado Altair Guidi
 Deputada Ana Paula Lima
 Deputado Ciro Roza
 Deputado Valmir Comin
 Deputada Dirce Heiderscheidt
 Deputado Edison Andrino

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Deputado Dóia Guglielmi
 Deputado Dirceu Dresch
 Deputado Maurício Eskudlark
 Deputado Reno Caramori
 Deputado Moacir Sopelsa
 Deputado Edison Andrino
 Deputado Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Deputado Gilmar Knaesel
 Deputada Angela Albino
 Deputado Volnei Morastoni
 Deputado Darci de Matos
 Deputado Reno Caramori
 Deputada Dirce Heiderscheidt
 Deputado Edison Andrino

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Deputado Gilmar Knaesel
 Deputado Altair Guidi
 Deputado *Volnei Morastoni*
 Deputado Jean Kuhlmann
 Deputado Silvio Dreveck
 Deputado Aldo Schneider
 Deputado Mauro de Nadal

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Deputado Serafim Venzon
 Deputado Altair Guidi
 Deputada Luciane Carminatti
 Deputado José Nei Alberton Ascari
 Deputado José Milton Scheffer
 Deputado Antonio Aguiar
 Deputada Dirce Heiderscheidt

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Deputado Serafim Venzon
 Deputada *Ana Paula Lima*
 Deputado Ismael dos Santos
 Deputado Valmir Comin
 Deputada Dirce Heiderscheidt
 Deputado Carlos Chiodini

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Deputado Dado Cherem
 Deputada *Ana Paula Lima*
 Deputado Ismael dos Santos
 Deputado Reno Caramori
 Deputado Antonio Aguiar
 Deputada Dirce Heiderscheidt
 Deputado Narcizo Parisotto

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 26 de fevereiro de 2014

Deputado ROMILDO TITON

Presidente

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATA DE COMISSÃO PERMANENTE

ATA DE INSTALAÇÃO DA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA DA DECIMA SETIMA LEGISLATURA

Às 15 horas e trinta minutos do dia vinte e cinco de fevereiro do ano de dois e quinze, reuniram-se os Senhores Deputados: Ana Paula Lima, Gilmar Knaesel, Sandro Silva, Edison Andrino e Ciro Rosa para instalação e eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente. Os trabalhos foram abertos pelo Deputado Gilmar Knaesel, em consonância com o Regimento Interno desta Casa Legislativa, solicitou aos Membros candidatos a Presidente e Vice-Presidente que fizessem suas inscrições visando concorrer aos cargos. Foi apresentada a Senhora Deputada Ana Paula Lima para Presidente e o Deputado Altair Guidi para Vice-Presidente. Prosseguiu-se a chamada nominal e exerceram o direito de voto todos os membros presentes, tendo sido os mesmos eleitos por unanimidade. A posse deu-se em seguida a eleição. Fazendo uso da palavra, a senhora Presidente agradeceu aos Deputados Membros pela sua eleição. Nada mais havendo a tratar, a senhora Presidente encerrou a reunião, convocando para o próximo dia 12 de março, a primeira reunião ordinária desta Comissão, da qual eu, Mabel Santos da Silva, Chefe de Secretária da Comissão, digitei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e membros presentes. Florianópolis, em vinte e quatro de fevereiro de dois mil e quinze.

Deputada Ana Paula Lima - Presidente
Deputado Gilmar Knaesel - Membro
Deputado Ciro Roza - Membro
Deputado Sandro Silva - Membro
Deputado Edison Andrino - Membro
*** X X X ***

DECRETO LEGISLATIVO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 18.309, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014

Aprova nome para a composição da Diretoria Colegiada da Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina (AGESAN).

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, nos termos do art. 321 do Regimento Interno, DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o nome do Senhor Sérgio José Grando para, por recondução, ocupar o cargo de Diretor-Geral da Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina (AGESAN).

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 25 de fevereiro de 2014.

Deputado **ROMILDO TITON**
Presidente

*** X X X ***

EXTRATOS

EXTRATO Nº 034/2014

REFERENTE: Convênio CL nº 004/2013, celebrado em 01/11/2013.

1º CONVENIENTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

2º CONVENIENTE: Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda.

OBJETO: Concessão de desconto (bolsas convênio) de 20% no valor das mensalidades nos cursos de graduação da Faculdade Estácio de Sá de Santa Catarina para os servidores da **1º CONVENIENTE**

VIGÊNCIA: 01/11/2013 a 31/12/2018.

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 116 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, e Autorização Administrativa.

Florianópolis, 26 de fevereiro de 2014.

Deputado Joares Ponticelli - Presidente ALESC
Pedro Virgílio

*** X X X ***

EXTRATO Nº 035/2014

REFERENTE: 05º Termo Aditivo de 29/01/2014, referente ao Contrato CL nº 051/2010, celebrado em 23/09/2010.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: Result Consultoria e Administração de Negócios S/C Ltda.

OBJETO: O presente termo tem por finalidade excluir o servidor Neroci da Silva Raupp da condição de coordenador dos trabalhos do

Planejamento Estratégico e designar o titular da Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento de Projetos Institucionais como coordenador e fiscal do contrato CL 051/2010-00, que tem como objeto as customizações, manutenção e serviços especializados para construção do Sistema de Gestão Estratégica com base na metodologia do *Balanced Scorecard (BSC)*, incluindo a integração e construção dos objetivos, mapa e indicadores estratégicos da ALESC e a preparação para o modelo de Excelência de Gestão Pública.

VIGÊNCIA: a partir de 29/01/2014.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 58, I, da Lei nº 8.666/93; Cláusula Oitava, item 8.1 do Contrato original.

Florianópolis, 26 de fevereiro de 2014.

Deputado Joares Ponticelli - Presidente da ALESC

Douglas José Alexandria Rocha - Diretor Executivo

*** X X X ***

EXTRATO Nº 036/2014

REFERENTE: 02º Termo Aditivo de 29/01/2014, referente ao Contrato CL nº 006/2013, celebrado em 01/04/2010.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: Top Park Serviços de Estacionamento Ltda.

OBJETO: Realinhar o contrato original em 5,67%, referente o reequilíbrio econômico-financeiro solicitado pela contratada em face do acréscimo verificado no aluguel que repassa mensalmente à Paróquia Santa Terezinha do Menino Jesus, proprietária do imóvel locado para o estacionamento da ALESC na Rua Silva Jardim, nesta Capital.

O valor o acréscimo mensal é de R\$ 453,00, com eficácia financeira a partir de 1º de maio de 2013. Em razão de tal ajuste o valor mensal do contrato passa de R\$ 7.457,60 para R\$ 7.880,60

VIGÊNCIA: a partir de 01/05/2013.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93; Item 3.3, da Cláusula Terceira do Contrato original; e, Autorização administrativa.

Florianópolis, 26 de fevereiro de 2014.

Deputado Joares Ponticelli - Presidente da ALESC

Wilson Leandro Probst- Sócio

*** X X X ***

OFÍCIO

OFÍCIO Nº 008/14

Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Tubaronense Doce Idade de Apoio à Cidadania na Terceira Idade (ATDIAC), em Tubarão, referente aos exercícios de 2011 a 2013.

Ildamar Laurentino Mendonça
Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 26/02/14

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 037.3/2014

Declara de utilidade pública a Associação Coral Nossa Senhora do Caravággio, de Apiúna.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Nossa Senhora do Caravággio, com sede no Município de Apiúna.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputada Ana Paula Lima

Lido no Expediente

Sessão de 26/02/14

JUSTIFICATIVA

A Associação Coral Nossa Senhora do Caravággio, fundada em 10 de setembro de 2009, é uma associação civil, com personalidade jurídica de

direito privado, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, com autonomia administrativa e financeira, que reger-se-á por este estatuto e pelas disposições legais que lhe sejam aplicáveis, com sede no Município de Apiúna e foro na Comarca de Assurama.

A finalidade da Associação é cultivar o canto coral, cooperando com o aperfeiçoamento cultural da população ensinando e promovendo concertos e apresentações públicos, e a prática de instrumentos musicais às crianças, adolescentes e adultos uma vivência artística, física, intelectual, desenvolvendo a socialização, através do canto coral e prática instrumental.

Com o fim de atingir seus objetivos a Associação Coral Nossa Senhora do Caravaggio poderá:

a) desenvolver projetos, atividades e ações sociais, com enfoque no campo da cultura, do lazer e do esporte, sendo que em ambos, dando prioridade ao trabalho voltado para as crianças e adolescentes, seus associação e a comunidade em geral;

b) celebrar e desenvolver convênios, parcerias com entidades públicas ou privadas, receber subvenções, com o fim de atingir suas finalidades, podendo alocar e aplicar recursos financeiros oriundos destas entidades em conformidade com plano de trabalho aprovado pela Associação.

Diante do exposto, espero contar com o apoio dos nobres colegas para a aprovação da presente proposição, por entendê-la de interesse público.

Deputada Ana Paula Lima

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 038.4/ 2014

Proíbe o uso de cerol ou de qualquer outro tipo de material cortante nas linhas de pipas, papagaios, pandorgas e de semelhantes artefatos lúdicos, para recreação ou com finalidade publicitária, em áreas públicas e comuns no estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica proibido o uso de cerol ou de qualquer outro tipo de material cortante nas linhas de pipas, papagaios, pandorgas e de semelhantes artefatos lúdicos, para recreação ou com finalidade publicitária, em áreas públicas e comuns, no estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. Caberá aos integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, zelar pelo fiel cumprimento do disposto no caput deste artigo, mediante ações fiscalizadoras, administrativas e policiais.

Art. 2º A inobservância do disposto nesta lei, acarretará na lavratura do competente boletim de ocorrência, sujeitando o infrator ou seu responsável legal, ao pagamento de multa mínima no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por cada conjunto de material apreendido, até o limite máximo de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), a ser fixada e escalonada em regulamento, observada a correção monetária por índice oficial.

§ 1º O valor da multa, observados os limites especificados neste artigo, será acrescido de percentual a título de agravante, considerando o grau de ameaça, potencial ou efetiva, representada pelo uso do cerol, e a que estiver sujeita a comunidade no momento da infração, obedecidos os seguintes critérios:

I - infração de natureza gravíssima, quando o uso do artefato com linha de cerol ocorrer, concorrentemente ou não, em áreas com trânsito intenso de pedestres e veículos, na vizinhança de escolas, hospitais, instalações públicas, redes expostas de eletricidade e de telecomunicações - multa de R\$ 500 por cada conjunto de material apreendido, acrescida de 100% a título de agravante;

II - infração de natureza grave, quando o uso do artefato com linha de cerol ocorrer em qualquer outra área pública ou comum, sem as características acima - multa de R\$ 500 por cada conjunto de material apreendido, acrescida de 50% a título de agravante.

§ 2º A forma de arrecadação da multa será definida por Portaria do Secretário de Estado da Fazenda.

§ 3º O material apreendido deverá ser incinerado.

Art. 3º O pagamento de multa não exime o infrator das respectivas responsabilidades civil e penal, no caso de se registrarem, com o uso do cerol, danos a pessoa física, ao patrimônio público ou à propriedade privada.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Jailson Lima

Lido no Expediente

Sessão de 26/02/14

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa proibir a utilização de cerol ou de qualquer tipo de material cortante nas linhas de pipas, papagaios, pandorgas e de semelhantes artefatos lúdicos, em todo o território catarinense, ante o enorme perigo à vida das pessoas, vítimas de acidentes com referido material.

A diversão infantil de soltar pipas, deixou de ser inocente quando as pessoas passaram a utilizar o cerol nas linhas dos

brinquedos, o que passou a ocasionar inúmeros acidentes fatais, principalmente após a difusão da utilização de motocicletas para o transporte de correspondências, documentos e entregas em geral.

Não se pode admitir que hoje em dia, com toda a informação disponível, as pessoas ignorem o incalculável perigo que o uso do cerol em linhas de pipas, papagaios e similares traz à vida das pessoas, logo o Poder Público, tem o dever de atuar repressivamente nesta questão, a fim de manter a paz social.

Portanto a utilidade e a viabilidade deste projeto são facilmente constatáveis, ao que solicitamos o apoio dos nobres Parlamentares para a sua aprovação.

Sala das Sessões em,

Deputado Jailson Lima

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 039.5/14

Reconhece o Santuário de Nossa Senhora Aparecida, no município de Treze de Maio, como ponto turístico religioso no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica reconhecido o Santuário de Nossa Senhora Aparecida, no município de Treze de Maio, como ponto turístico religioso no Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da publicação.

Sala das Sessões, em

Deputado Valmir Comin

Lido no Expediente

Sessão de 26/02/14

JUSTIFICATIVA

O município de **Treze de Maio**, colonizado por italianos, tem fortes atrativos religiosos. A imagem de Nossa Senhora Aparecida, de 13 m de altura, no topo da colina, em São João de Urussanga Baixa, a 8 km do Centro, atrai milhares de romeiros das cidades vizinhas para a celebração da missa ao ar livre em **12 de outubro (Dia nacional de Nossa Senhora Aparecida)**. A imagem de Nossa Senhora Aparecida, padroeira oficial do Brasil, é uma das maiores do Brasil e surgiu a pedido da devota, Maria Cechinel Niero, que fez uma promessa e pediu que uma pequena gruta fosse construída no alto de uma colina com 400 metros de altura. Dias após o pedido a mulher morreu, mas os filhos resolveram atender ao pedido e construir a gruta no ano de 1969, que durante anos foi ponto de visitação.

Décadas mais tarde, o neto da devota resolveu transformar o pedido da avó em realidade e apresentou à comunidade a proposta para erguer a imagem de 13 metros. Depois disso, os moradores, em sua grande maioria produtores rurais, se uniram e com rifas, festas e doações buscaram o dinheiro necessário para erguer o santuário inaugurado. E foi através desta união da comunidade que foi dado início às obras em 1998. A festa de inauguração foi realizada no dia 12 de outubro de 1999 e, desde este dia, milhares de devotos vão até a gruta pagar promessas ou então pedir uma graça à padroeira do Brasil. A comunidade está no caminho que liga o Centro de Treze de Maio com a cidade de Morro da Fumaça, pelo bairro Estação Cocal.

Assim sendo, o Santuário um dos principais pontos de peregrinação no Sul do Estado e pelo que significa para milhares de devotos, estamos propondo o reconhecimento do Santuário de Nossa Senhora de Aparecida, no município de Treze de Maio, como ponto turístico religioso no Estado de Santa Catarina.

Deputado Valmir Comin

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 040.9/2014

Dispõe sobre a Política de Conscientização e Orientação sobre o Lúpus Eritematoso Sistêmico (LES), no Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

Art. 1º Fica criado o Programa de Conscientização e Orientação sobre o Lúpus Eritematoso Sistêmico (LES), que será desenvolvido de forma integrada e conjunta entre o Estado de Santa Catarina e os municípios catarinenses, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS).

Art. 2º O Programa de Conscientização e Orientação sobre o LES compreende as seguintes ações:

I - campanha de divulgação sobre o LES, que terá como principais objetivos:

- a) elucidação sobre as características do LES e seus sintomas;
- b) precauções a serem tomadas pelos portadores do LES;
- c) tratamento médico adequado;
- d) orientação e suporte familiar;
- e) criação de campanhas de prevenção sobre o LES; e
- f) distribuição de encartes e *folders* sobre o LES.

II - implantação de sistema de coleta de dados sobre os portadores do LES, visando à:

- a) obtenção de elementos informadores sobre a população atingida pelo LES;
- b) detecção do índice de incidência do LES entre a população catarinense; e

c) contribuição para o aprimoramento de pesquisas científicas voltadas ao controle do LES.

III - celebração de convênios com órgãos públicos, entidades, associações e empresas de iniciativa privada, sempre que necessário, a fim de estabelecer trabalhos conjuntos acerca do LES.

Art. 3º O SUS proporcionará ao portador do LES o acesso a todo medicamento necessário para o seu tratamento.

Parágrafo único. São considerados medicamentos necessários, entre outros, os bloqueadores, filtros e protetores solares, cujo uso é imprescindível ao portador do LES.

Art. 4º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 5º O Chefe do Poder Executivo regulamentará esta Lei, nos termos do inciso III do art. 71 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Darci de Matos

Lido no Expediente
Sessão de 27/02/14

JUSTIFICATIVA

O Lúpus Erimatoso Sistêmico (LES) é uma doença autoimune do tecido conjuntivo, de causa desconhecida que pode afetar qualquer parte do corpo. Assim como ocorre em outras doenças autoimunes, o sistema imune ataca as próprias células e tecidos do corpo, resultando em inflamação e dano tecidual. Uma a cada duas mil pessoas possui esse problema, sendo mais comum em mulheres negras e latinas (atingindo 1 a cada 245).

A doença é nove vezes mais frequente em mulheres do que em homens, especialmente entre as idades de 15 e 50 anos, sendo mais comum em pessoas de ascendência africana ou latino-americanas. No Brasil, deve haver entre 16.000 e 80.000 casos de Lúpus sistêmico

Existe uma predominância quanto aos seguintes fatores:

- Sexo: Há um nítido predomínio no sexo feminino (8 mulheres em cada 10 portadores), aparecendo geralmente durante os anos férteis (da menarca à menopausa).

- Faixa etária: Os primeiros sintomas ocorrem geralmente entre os 20 e 40 anos. Com maior incidência ao redor dos 30 anos.

- Localidade: É mais comum nos países tropicais, onde a luz do Sol é mais forte.

- Prevalência: Varia entre 1 a 1000 nos países tropicais até 1 a 10000 nos países frios.

- Prevalência étnica e feminina: 1:700 para mulheres e 1:245 para mulheres negras, nos EUA.

Possui grande variedade de sintomas que se assemelham ao de várias outras doenças e, em geral, são intermitentes, dificultando, assim, o diagnóstico precoce. Os primeiros sintomas mais comuns são: febre, mal-estar, inflamação nas articulações, inflamação no pulmão (pleurisia), inflamação dos gânglios linfáticos, dores pelo corpo (por causa das inflamações), manchas avermelhadas, úlceras na boca (aftas).

A detecção precoce pode prevenir lesões graves no coração, articulações, pele, pulmões, vasos sanguíneos, fígado, rins e sistema nervoso.

O desenvolvimento da doença está ligado à predisposição genética, fatores emocionais e fatores ambientais, como luz ultravioleta e alguns medicamentos, como hidralazina, procainamida e hidantoinatos. Com o tempo, as reações imunológicas causam lesões teciduais, formação de complexos antígeno-anticorpo e fixação de complemento, além de citotoxicidade mediada por anticorpos (anti-hemácias, antiplaquetários e antilinfócitos).

Assim como em outras doenças crônicas é recomendado um tratamento multiprofissional que inclua psicólogo e assistente social. O portador de Lúpus está sujeito a limitações de longo prazo, provavelmente terá dificuldade em atividades profissionais e acadêmicas, devido à fadiga e às dores das articulações e, frequentemente, lida com depressão, ansiedade, estresse, irritabilidade e raiva. Além disso, a imprevisibilidade dos episódios da Lúpus, os problemas causados na aparência provocados por manchas e cicatrizes e a dificuldade para obter resposta ao tratamento agravam, ainda mais, o desgaste psicológico.

Um motivo de desgaste extra nas mulheres são os problemas associados à gravidez e à lactação. Mulheres que desejam ter filhos são obrigadas a esperar até a doença estar sob controle e, mesmo esperando, os episódios são imprevisíveis e podem causar sérias dificuldades na gravidez e durante o aleitamento.

Alguns especialistas defendem que fatores psicológicos (como ansiedade e desgaste emocional) podem aumentar a gravidade dos problemas imunológicos e, assim, aumentar o risco de desenvolver episódios agudos (somatização)

Dessa forma, pela importância e seriedade do assunto, peço o apoio dos nobres Senhores Deputados para o acolhimento da presente proposta.

Deputado Darci de Matos

*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 001.4/2014

Aprova nome para a composição da Diretoria Colegiada da Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina (AGESAN).

Art. 1º Fica aprovado o nome do Senhor Sérgio José Grando para, por recondução, ocupar o cargo de Diretor-Geral da Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina (AGESAN).

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 25 de fevereiro de 2014.

Deputado **MARCOS VIEIRA**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AO PROJETO DE LEI Nº 315.6/2010

O Projeto de Lei nº 0315.6/2010 passa a tramitar com a seguinte redação:

"PROJETO DE LEI Nº 315.6/2010

Dispõe sobre a prioridade às pessoas com deficiência, Transtorno do Espectro Autista - TEA, Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade - TDAH e Altas Habilidades para as vagas em escola pública próxima de sua residência.

Art. 1º Fica assegurada às pessoas com deficiência, Transtorno do Espectro Autista - TEA, Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade - TDAH e Altas Habilidades a prioridade de vaga em escola pública próxima de sua residência, mediante apresentação de laudo emitido por equipe multiprofissional e de documentos que comprovem seu endereço fixo.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, considera-se escola pública mais próxima aquela cuja distância da residência do candidato à vaga seja menor ou facilitadora de seu acesso por transporte coletivo, sendo facultado ao candidato optar.

Art. 3º Para os efeitos desta Lei considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, possam obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições.

Art. 4º Nos estabelecimentos de ensino cujo ingresso dependa de teste seletivo, às pessoas de que trata esta Lei ficam asseguradas as adequações necessárias para sua realização em condições de igualdade.

Parágrafo único. As adequações de que trata o *caput* deverão ser orientadas por profissionais especializados nas áreas de deficiência, Transtorno do Espectro Autista - TEA, Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade - TDAH e Altas Habilidades.

Art. 5º Caberá à Secretaria de Estado da Educação e à Fundação Catarinense de Educação Especial - FCEE a aplicação e fiscalização desta Lei.

Art. 6º O Governador do Estado de Santa Catarina regulamentará esta Lei, nos termos do inciso III do art. 71 da Constituição do Estado.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Sala das Sessões,
Deputado José Nei Alberton

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 12/02/14

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 12/02/14

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 315/2010

Dispõe sobre a prioridade às pessoas com deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e Altas Habilidades para as vagas em escola pública próxima de sua residência.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica assegurada às pessoas com deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e Altas Habilidades a prioridade de vaga em escola pública próxima de sua residência, mediante apresentação de laudo emitido por equipe multiprofissional e de documentos que comprovem seu endereço fixo.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, considera-se escola pública mais próxima aquela cuja distância da residência do candidato à vaga

seja menor ou facilitadora de seu acesso por transporte coletivo, sendo facultado ao candidato optar.

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, possam obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições.

Art. 4º Nos estabelecimentos de ensino cujo ingresso dependa de teste seletivo, às pessoas de que trata esta Lei ficam asseguradas as adequações necessárias para sua realização em condições de igualdade.

Parágrafo único. As adequações de que trata o *caput* deverão ser orientadas por profissionais especializados nas áreas de deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e Altas Habilidades.

Art. 5º Caberá à Secretaria de Estado da Educação e à Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE) a aplicação e fiscalização desta Lei.

Art. 6º O Governador do Estado de Santa Catarina regulamentará esta Lei, nos termos do inciso III do art. 71 da Constituição do Estado.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 13 de fevereiro de 2014.

Deputado **MARCOS VIEIRA**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº 0367.7/2012

Ficam suprimidos o parágrafo único do art. 2º e o art. 3º do Projeto de Lei nº 0367.7/2012, renumerando-se os demais.

Sala da Comissão,

Deputado Silvio Dreveck

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 11/02/14

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 12/02/14

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 367/2012

Determina a afixação de informações de telefones de utilidade pública em locais públicos e salas de aula da rede pública e privada no Estado de Santa Catarina.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º É obrigatória a afixação, nos locais públicos de grande circulação e nas salas de aulas da rede pública e privada no âmbito do Estado de Santa Catarina, em local visível, dos telefones de utilidade pública, tais como:

I - Corpo de Bombeiros;

II - Polícia Militar;

III - Polícia Civil;

IV - Samu;

V - Celesc;

VI - Casan;

VII - Ibama;

VIII - Fatma;

IX - Disque-denúncia;

X - Radiotáxi; e

XI - Controle de Zoonoses.

Parágrafo único. Para efeitos desta Lei, são considerados locais públicos de grande circulação:

I - terminais rodoviários;

II - aeroportos;

III - igrejas e templos religiosos;

IV - estádios de futebol e assemelhados;

V - repartições públicas; e

VI - *shopping centers*.

Art. 2º O descumprimento do disposto nesta Lei sujeita o infrator às seguintes sanções:

I - advertência por escrito da autoridade competente;

II - multa de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) por infração, dobrada no caso de reincidência, a qual será reajustada, anualmente, com base na variação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M/FGV), ou por índice que vier a substituí-lo.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei na forma do disposto no art. 71, inciso III, da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 13 de fevereiro de 2014.

Deputado **MARCOS VIEIRA**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA À REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 008/2013

No art. 1º, incisos V e VI do Projeto de Resolução nº 0008/2013:

Onde se lê:

“Art. 1º
.....
V - 70% (sessenta por cento) no quinto ano;
VI - 100% (setenta por cento) no sexto ano.
.....”

Leia-se:

“Art. 1º
.....
V - 70% (setenta por cento) no quinto ano;
VI - 100% (cem por cento) no sexto ano.
.....”

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 13 de fevereiro de 2014.

Deputado **MARCOS VIEIRA**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

JUSTIFICATIVA

A alteração proposta visa adequar a redação ao que pretendia o autor, conforme fls. 21.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 008/2013

Dispõe sobre o uso de papel reciclado pela Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina obrigada a utilizar papel reciclado nos materiais de expediente de acordo com os seguintes percentuais mínimos do total de papel utilizado, a partir da data de vigência desta Resolução:

I - 10% (dez por cento) no primeiro ano;

II - 20% (vinte por cento) no segundo ano;

III - 30% (trinta por cento) no terceiro ano;

IV - 50% (cinquenta por cento) no quarto ano;

V - 70% (setenta por cento) no quinto ano;

VI - 100% (cem por cento) no sexto ano.

§ 1º Excetuam-se do disposto neste artigo os casos em que o papel reciclado não puder atender as especificações técnicas requeridas pelo material de expediente.

§ 2º Em não havendo no mercado papel reciclado na quantidade requerida nos termos desta Resolução, o órgão ou responsável licitante, mediante justificativa fundamentada, estará liberado de cumprir os percentuais definidos no *caput*.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em Florianópolis, 13 de fevereiro de 2014.

Deputado **MARCOS VIEIRA**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

RESOLUÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 001, de 26 de fevereiro de 2014

Dispõe sobre o uso de papel reciclado pela Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da prerrogativa outorgada pelo art. 65, inciso VI, alínea “k” do Regimento Interno,

DECRETA:

Art. 1º Fica a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina obrigada a utilizar papel reciclado nos materiais de expediente de acordo com os seguintes percentuais mínimos do total de papel utilizado, a partir da data de vigência desta Resolução:

I - 10% (dez por cento) no primeiro ano;

II - 20% (vinte por cento) no segundo ano;

III - 30% (trinta por cento) no terceiro ano;

IV - 50% (cinquenta por cento) no quarto ano;

V - 70% (setenta por cento) no quinto ano;

VI - 100% (cem por cento) no sexto ano.

§ 1º Excetuam-se do disposto neste artigo os casos em que o papel reciclado não puder atender as especificações técnicas requeridas pelo material de expediente.

§ 2º Em não havendo no mercado papel reciclado na quantidade requerida nos termos desta Resolução, o órgão ou responsável licitante, mediante justificativa fundamentada, estará liberado de cumprir os percentuais definidos no *caput*.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 26 de fevereiro de 2014.

Deputado **ROMILDO TITON**

Presidente

*** X X X ***